

**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL:
AVALIAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2017 E
PROJEÇÃO PARA 2018**

Águas Lindas de Goiás
Janeiro de 2018

Governo Municipal de Águas Lindas de Goiás/GO

Osmarildo Alves de Sousa
Prefeito

Sérgio Luiz Lima Alves de Oliveira
Secretário Municipal Fazenda e Planejamento

Evando Cândido de Araújo Dantas
Diretor de Planejamento e Estatística

Alexandre Costa Bastista
Chefe de Políticas Públicas Setoriais

Roberto Katsuyoshi Nakaguaua
Técnico em Contabilidade

Rafael da Silva Dourado
Chefe de Departamento de Orçamento

Wendy Silva de Andrade
Administrativa

Contato:

algo.sefap@gmail.com
suprin.smfplan@gmail.com

Sumário

Introdução	3
Finanças Municipais	4
Receitas	6
<i>Receitas Ordinárias – Livre Aplicação.....</i>	<i>7</i>
<i>Receitas Previstas vs. Arrecadadas.....</i>	<i>7</i>
<i>Evolução das Receitas Ordinárias.....</i>	<i>9</i>
Despesas	10
<i>Despesas totais do poder executivo.....</i>	<i>11</i>
<i>Despesas da prefeitura - gestão 03</i>	<i>18</i>
<i>Despesas da educação - FUNDEB e FME</i>	<i>26</i>
<i>Despesas da saúde – FMS</i>	<i>32</i>
<i>Despesas da assistência social - FMAS.....</i>	<i>36</i>
<i>Despesas do FUNPREVAL</i>	<i>40</i>
Estimativa do Índice de Aplicação na Educação e na Saúde e Gasto com Pessoal....	43
Conclusão.....	44

Introdução

O presente relatório tem por objetivo analisar o exercício financeiro de 2017. Tal análise consiste na avaliação da execução fiscal, a partir da comparação entre as receitas e despesas previstas e as realizadas.

Das receitas, serão exibidos comparativos da previsão anual posta por meio do Cronograma de Desembolso Financeiro (CDF), frente ao que foi executado respectivamente. Das despesas, serão exibidos os recursos previstos frente ao que foi executado de acordo com o CDF, elaborado de forma detalhada por gestão, a saber: Saúde (Fundo Municipal de Saúde - FMS); Educação (Fundo Municipal de Educação - FME; Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB); Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS); e Prefeitura (Gestão 03).

Assim pretende-se fazer as devidas projeções para o presente ano, a partir das análises dos exercícios anteriores.

Tais ações têm por princípio a busca pelo controle e equilíbrio fiscal, a fim de cumprir com as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal e promover o desenvolvimento do município de Águas Lindas, a partir da manutenção da saúde fiscal.

Em decorrência da crise financeira que atinge o país e, em grande medida, as consequências da Emenda Constitucional nº 95 de 15/12/2016, conhecida como PEC dos Gastos Públicos, as transferências recebidas da União e do estado sofreram quedas nesses últimos anos. Dessa forma, torna-se cada vez mais fundamental realizar esses estudos e analisar os cenários políticos e econômicos que perpassam o município agualindense.

É importante destacar que as informações que subsidiaram a elaboração do presente relatório foram extraídas do Sistema Integrado de Gestão - PRODATA, na primeira semana do mês de janeiro de 2018, quando os lançamentos contábeis referentes ao mês de dezembro ainda não tinham sido totalmente concluídos.

Por esse motivo, não foi possível analisar a composição e evolução das receitas vinculadas. Ademais, os saldos financeiros indicados na análise dos restos a pagar poderão sofrer variação, assim como os próprios restos a pagar.

Dessa forma, esse relatório pretende trazer uma visão preliminar sobre a gestão orçamentária e financeira do exercício de 2017, devendo, obrigatoriamente, ser revisto após o fechamento contábil do mês de dezembro de 2017.

Finanças Municipais

As finanças públicas referem-se os ingressos e despesas realizadas pelo setor público num dado período. Nesse contexto, contabilmente, as receitas são agrupadas em dois grandes grupos, a saber: receitas correntes e receitas de capital. As receitas correntes são compostas pelos ingressos correntes, ou seja, aqueles que ocorrem com regularidade e são destinados a manutenção das despesas correntes, a saber, o gasto com pessoal e demais despesas de custeio. As receitas de capital são os ingressos destinados à realização das despesas de capital, as quais são compostas pelos investimentos e pagamento da dívida pública.

Como é possível verificar através do Gráfico 1, comparando os dados da última década, as receitas correntes cresceram 222% e as despesas correntes 217%. Destaca-se que, quanto maior o saldo entre receitas correntes e despesas correntes, maior será a capacidade de o poder público realizar investimentos.

Nesse aspecto, verifica-se que o saldo entre receitas e despesas correntes no período de 2009 a 2012 registrou uma média de 10% das receitas correntes. No período de 2013 a 2017 o saldo médio subiu para 12% das receitas correntes. Em grande medida esse crescimento se deu em virtude do rigor do Governo do prefeito Hildo do Candango no pagamento dos proventos da folha, principalmente junto ao FUNPREVAL. Como os gastos do FUNPREVAL encontram-se muito abaixo dos recebimentos, gera-se um excedente que contribui para esse aumento geral no saldo entre receita e despesa corrente.

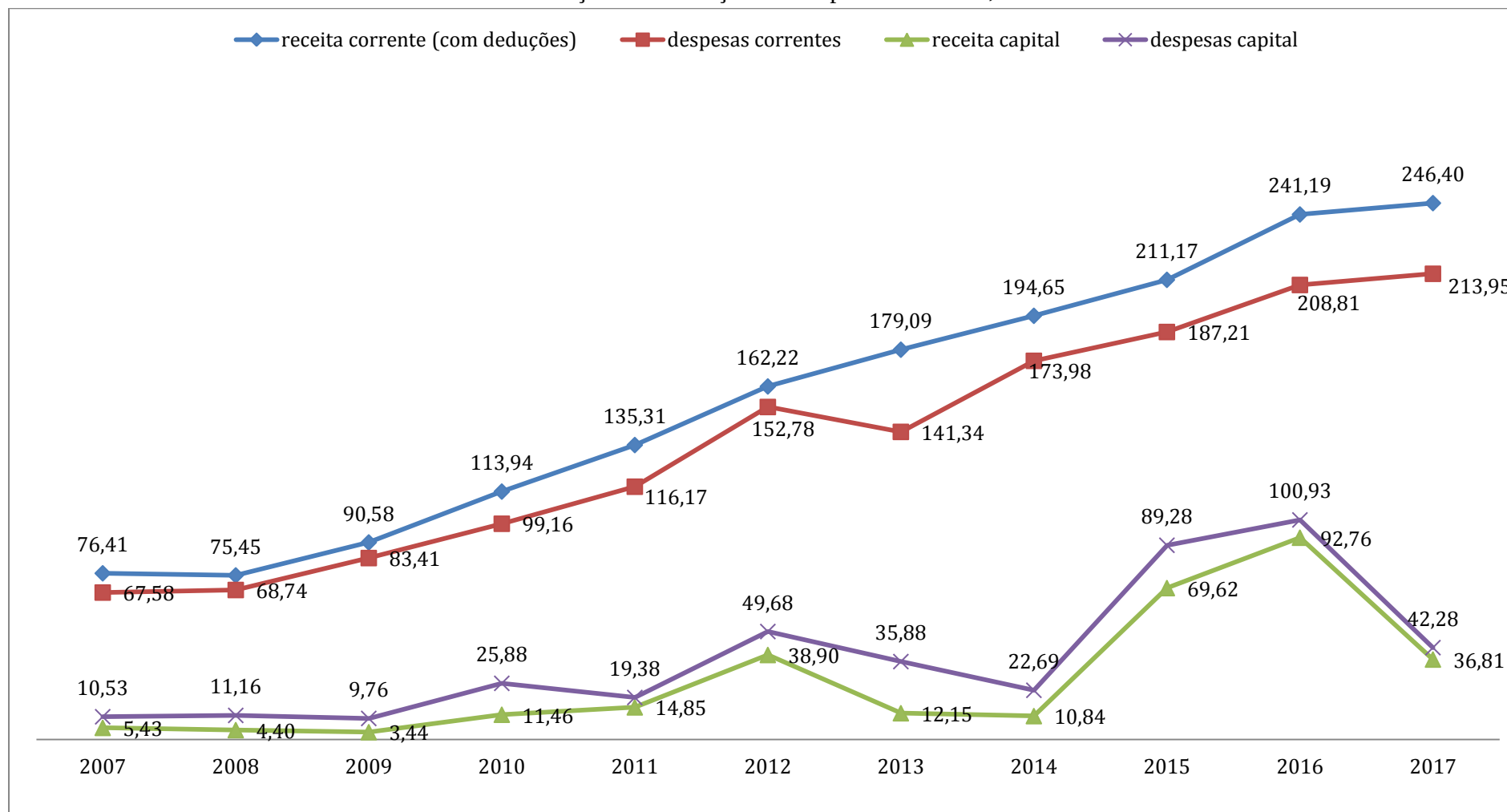
No que tange as receitas e despesas de capital, verifica-se que no período de 2009 a 2012, as despesas de capital superaram em média 92% o valor das receitas de capital. No período de 2013 a 2017, esse excedente caiu para uma média de 71%.

No que se refere ao crescimento as receitas correntes, é importante destacar que essas receitas cresceram, em média, 21,12% no período de 2009 a 2012. Como consequência da retração da economia, a média de crescimento da receita corrente entre 2013 e 2017 foi de 10,75%. Todavia, é possível identificar sinais de recuperação do crescimento das receitas, considerando apenas os últimos dois anos, a receita corrente apresentou crescimento médio na ordem de 13%.

Diante do crescimento econômico e dos resultados positivos para as finanças municipais, no período de 2009 a 2012, as despesas correntes apresentaram crescimento médio na ordem 22,22%, superando em 1,1% o crescimento das receitas.

Entre 2013 a 2017, as despesas correntes registraram crescimento médio de 7,44%, ficando assim 3,31% abaixo do crescimento médio das receitas correntes no mesmo período. Essa queda na taxa de crescimento das despesas correntes nos últimos anos, no entanto, ficou concentrado nas despesas de custeio, visto que os gastos com pessoal cresceram vertiginosamente

Gráfico 1. Evolução das Finanças Municipais – Em R\$ 1,00 milhão.



Elaboração própria a partir dos dados do FINBRA (STN) e do Sistema Integrado de Gestão PRODATA.

Receitas

A palavra receita vem do latim recepta que significa coisas recebidas (FERREIRA, 2010). Receita pública pode ser entendida como o “conjunto de recursos que o poder público prevê arrecadar para custear as despesas que pretende e necessita realizar” (CIDADE, 2009).

Compõem a receita municipal os recursos resultantes dos tributos municipais (impostos, taxas e contribuições) e preços (por exemplo, tarifas e pedágio) derivados da utilização de bens ou serviços públicos. Além disso, compõe as receitas municipais os

(...) ingressos que o município recebe em caráter permanente, como a sua participação nas transferências constitucionais estaduais e federais (ICMS, FPM), ou eventuais, como os advindos de financiamentos, empréstimos, subvenções, auxílios e doações de outras entidades ou pessoas físicas (CNM, 2008).

Os ingressos podem ser: ingressos extra orçamentários ou receitas orçamentárias. Os ingressos extra orçamentários compreendem apenas as entradas compensatórias, são recursos temporários e não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse caso, o município é mero depositário desses recursos, que constituem passivos exigíveis e cujas restituições não se sujeitam à autorização legislativa. Exemplos: depósitos em caução, fianças, emissão de moeda e outras entradas compensatórias.

As receitas orçamentárias, por sua vez, representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário. Portanto, as receitas orçamentárias pertencem ao Estado, integram o patrimônio do Poder Público, aumentam-lhe o saldo financeiro e, via de regra, por força do princípio da universalidade, estão previstas na LOA.

Quanto à destinação de recursos, pode-se dizer que há destinações vinculadas e não vinculadas. Destinação vinculada: processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela norma. Cabe frisar que há ingressos de recursos em decorrência de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos. Esses recursos também são vinculados, pois foram obtidos com finalidade específica – e à realização dessa finalidade deverão ser direcionados.

A destinação não vinculada (ou ordinária): é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, desde que dentro do âmbito das competências de atuação do órgão ou entidade.

À seguir, serão analisados o ingresso dos recursos orçamentários ordinários, de livre aplicação, e posteriormente os recursos vinculados.

Receitas Ordinárias – Livre Aplicação

As receitas ordinárias, ou seja, aquelas de livre aplicação são compostas pelas receitas tributárias, alguns recursos oriundos de transferências correntes, receitas patrimoniais, dentre outras. A avaliação das receitas arrecadadas considerará como parâmetro a previsão estabelecida pelo Cronograma Mensal de Desembolso e a arrecadação dos exercícios anteriores.

Receitas Previstas vs. Arrecadadas

No CDF referente ao ano de 2017, a previsão dos recursos ordinários líquidos somou um total de R\$ 104,42 mi, a receita arrecadada efetivamente superou em 3,21% o valor previsto, alcançando a cifra de R\$ 107,77 mi.

Proporcionalmente e em termos absolutos, a receita com maior diferença positiva entre o valor previsto e o arrecadado foi o IPTU, cuja proporção foi de 54,98%, ou R\$ 3,3 mi, a maior que o previsto. Essa disparidade se deu, pois, a estimativa foi realizada de modo mais enxuto, não prevendo os acréscimos advindos da atualização da planta de valores do IPTU, o que proporcionou um ganho singular na arrecadação desse imposto.

A segunda maior variação em termos absolutos foi a do FPM, cuja arrecadação superou em 3,03% (R\$ 2,1 mi) o valor inicialmente previsto.

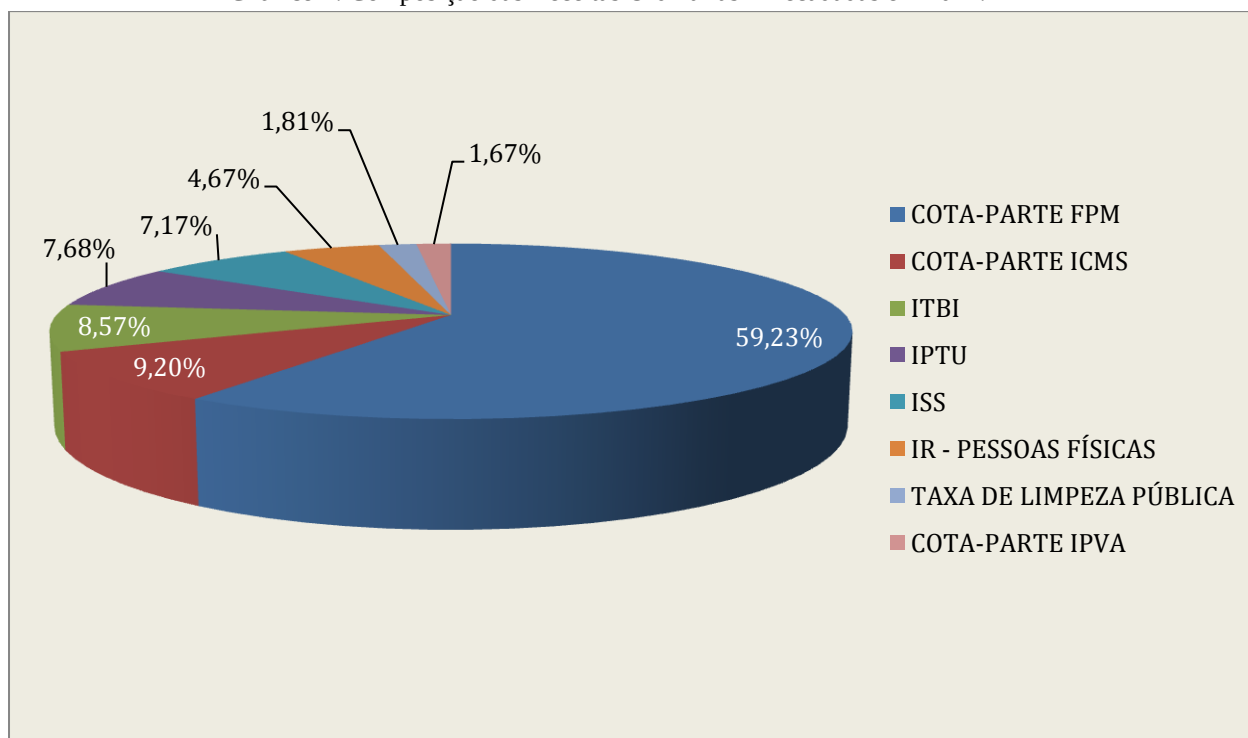
As receitas que apresentaram variação negativa entre a previsão e a arrecadação foram o IPVA (-1,50 ou -R\$ 30.834,31) e o ISS (-0,37% ou -R\$ 32.381,42).

Tabela 1. Comparativo da Receita Ordinária Prevista no CDF e a Arrecadada - Em R\$ 1,00.

TÍTULOS	RECEITA PREVISTA NO CDF 2017	RECEITA ARREC.	DIFERENÇA (EM R\$)	DIFERENÇA (EM %)
RECURSOS ORDINÁRIOS - TOTAL LÍQUIDO	104.422.121,20	107.777.919,13	3.355.797,93	3,21%
PRINCIPAIS RECEITAS	110.436.911,63	119.554.761,04	9.117.849,41	8,26%
IPTU	6.028.158,43	9.342.306,69	3.314.148,26	54,98%
IR - PESSOAS FÍSICAS	4.580.587,21	5.672.680,39	1.092.093,18	23,84%
ITBI	9.201.518,07	10.414.376,84	1.212.858,77	13,18%
ISS	8.747.255,64	8.714.874,22	-32.381,42	-0,37%
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	2.000.495,27	2.206.623,87	206.128,60	10,30%
COTA-PARTE FPM	69.900.759,52	72.018.521,79	2.117.762,27	3,03%
COTA-PARTE ICMS	9.978.137,49	11.185.377,24	1.207.239,75	12,10%
COTA-PARTE IPVA	2.058.943,33	2.028.109,02	-30.834,31	-1,50%

Em termos de composição, o FPM representa 59,23% das receitas ordinárias, seguido pelo ICMS (9,20%), ITBI (8,57%), IPTU (7,68%) e ISS (7,17%), conforme o Gráfico 02:

Gráfico 2. Composição das Receitas Ordinárias Arrecadadas em 2017.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sistema Pró-Data - Comparativo de Receita Prevista com a Arrecadada por Período.

Evolução das Receitas Ordinárias

Considerando a evolução das receitas ordinárias no período de 2013 à 2017, verifica-se que o maior crescimento, em termos proporcionais, se deu na arrecadação do IPTU, que registrou crescimento de 125%, entre 2016 e 2017, a receita do IPTU aumentou 46,14%.

Além do IPTU, o ISS, ITBI, Taxa de Licença de Funcionamento e IPVA aumentaram acima de 100% no período.

As únicas receitas que registraram queda entre 2016 e 2017 foram o FPM e o IR. No caso do FPM, a queda na arrecadação se deu em virtude do grande volume de recursos aportados em 2016, decorrente do Programa do Governo Federal que visava a repatriação de recursos que pertenciam a brasileiros e estavam no exterior. Dessa forma, como a edição do Programa em 2017 não bons resultados como no exercício anterior, a receita do FPM registrou queda.

Apesar do crescimento de praticamente todas as receitas entre 2016 e 2017, o total das principais receitas registrou crescimento de apenas 2,06%, ou R\$ 2,48 mi.

Tabela 2. Evolução dos Principais Recursos Ordinários - Em R\$ 1 milhão.

TÍTULOS	2013	2014	2015	2016	2017	Var. Período (2013 a 2017)	Var. Méd. A.A. (2013 a 2016)	VAR. 2017/20 16 (EM R\$)	VAR. 2017/2016 (EM %)
IPTU	4,15	3,65	6,46	6,39	9,34	125,06%	25,01%	2,95	46,14%
IR - PESSOAS FÍSICAS (IRRF)	2,86	3,77	4,52	7,86	5,67	98,25%	19,65%	-2,19	-27,84%
ITBI	5,01	6,89	8,94	8,61	10,41	107,78%	21,56%	1,8	20,94%
ISS	3,88	4,85	8,12	8,05	8,71	124,48%	24,90%	0,67	8,27%
TAXA DE LICENÇA FUNC.	0,53	0,65	0,92	0,93	1,19	124,53%	24,91%	0,25	27,25%
TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	1,23	1,59	2,15	1,99	2,21	79,67%	15,93%	0,21	10,76%
COTA- PARTE FPM	57,09	60,99	64,18	74,53	72,02	26,15%	5,23%	-2,51	-3,37%
COTA- PARTE ICMS	6,34	7,86	8,96	9,9	11,19	76,50%	15,30%	1,29	13,03%
COTA- PARTE IPVA	0,93	1,05	1,34	2,02	2,03	118,28%	23,66%	0	0,20%
TOTAL	82,02	91,3	105,58	120,29	122,77	49,68%	9,94%	2,48	2,06%

Fonte: Elaboração própria à partir dos dados do Sistema Pró-Data - Comparativo de Receita Prevista com a Arrecadada por Período.

Despesas

Constitui-se despesa pública todo gasto efetivado pela administração pública para a realização de obras, oferta de bens e serviços que venham atender aos fins do Estado (Meirelles, 1997 *apud* BISCARO e ZMITROWICZ, 1998).

Despesa pública, na concepção de Peres (1997 *apud* LOURENÇON, 2001),

(...) é o conjunto dos gastos que o Estado é obrigado a fazer para desempenhar funções básicas, a ele atribuídas, que venham atender os interesses da comunidade, tanto na manutenção de serviços que beneficiem diretamente a população, quanto na implantação da infra-estrutura do desenvolvimento sócio-econômico e, também, aqueles para saldar os compromissos da dívida pública.

As despesas municipais, segundo sua natureza contábil, são classificadas, conforme sua Categoria Econômica, em Despesas Correntes e despesas de Capital. São denominadas Correntes as despesas que ocorrem com regularidade, de forma contínua. Assim, o pagamento de água, luz, telefone, funcionários, por exemplo, constituem despesa corrente. Despesas de capital, por sua vez, são aquelas que ocorrem eventualmente, ou seja, aquelas destinadas à aquisição de bem de capital, material permanente, para realização de obras, para concessão de empréstimos e amortização de dívidas. Dessa forma, a construção de um hospital ou uma escola, por exemplo classificam-se como Despesa de Capital (CNM, 2008; GIACOMONI, 2003).

As despesas Correntes podem ser:

- 1. Pessoal e Encargos Sociais:** Despesas orçamentárias com pessoal ativo e inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000.
- 2. Juros e Encargos da Dívida:** Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.
- 3. Outras Despesas Correntes:** Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica

“Despesas Correntes” não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

As despesas de capital, por sua vez, podem ser:

- 1. Investimentos:** Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- 2. Inversões Financeiras:** Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.
- 3. Amortização da Dívida:** Despesas orçamentárias com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Despesas totais do poder executivo

Evolução das despesas do poder executivo municipal

Considerando a oscilação das despesas entre 2017 e 2016, é possível verificar, por meio do Gráfico 4, que a principal se deu nos investimentos, alcançando queda na ordem de 62,13%, caindo de R\$ 94,07 mi (2016) para R\$ 35,63 mi (2017). Em grande medida, essa queda está relacionada à conclusão das obras executadas à partir dos contratos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Outro fato importante é a queda dos gastos com pessoal ocorrida em 2017, após anos seguidos de crescimento. Considerando o período de 2012 à 2016, o gasto com pessoal cresceu em média 18,70% ao ano. Em 2017, houve queda na ordem de 2,23%. Essa queda dos gastos com pessoal foi consequência, dentre outros fatores, pelos cortes realizados no último trimestre (horas extras, gratificações, etc) e pela desvinculação do auxílio transporte do gasto com pessoal¹, as quais somaram R\$ 3,45 mi.

¹ Até 2016, as despesas com auxílio transporte eram empenhadas como despesas com pessoal. Em julho de 2017, por meio da Lei Municipal nº 1.296/2017 (disponível em <http://aguaslindasdegoias.go.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/LEI-MUNICIPAL-N%C2%BA-1296-2017.pdf>), foi aberto crédito especial no

As despesas de custeio cresceram quase 7% (ou R\$ 3,98 mi), saindo de R\$ 57,22 mi (2016) para 61,20 mi (2017). Entre outros fatores, contribuíram para o crescimento das despesas de custeio: a concessão de auxílio alimentação e o empenhamento do auxílio-transporte como despesa de custeio (ver nota de rodapé), as quais somaram R\$ 3,43 mi².

Gráfico 3. Evolução das Despesas do Poder Executivo entre 2012 e 2017 (Em 1 milhão).

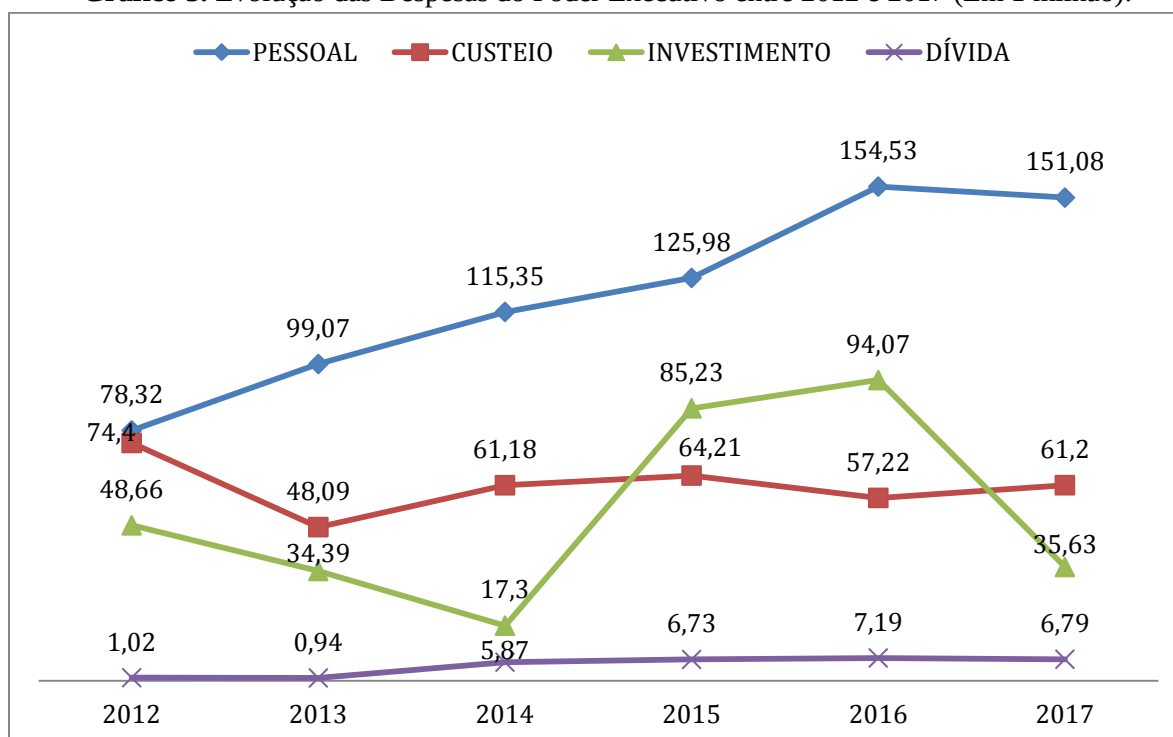
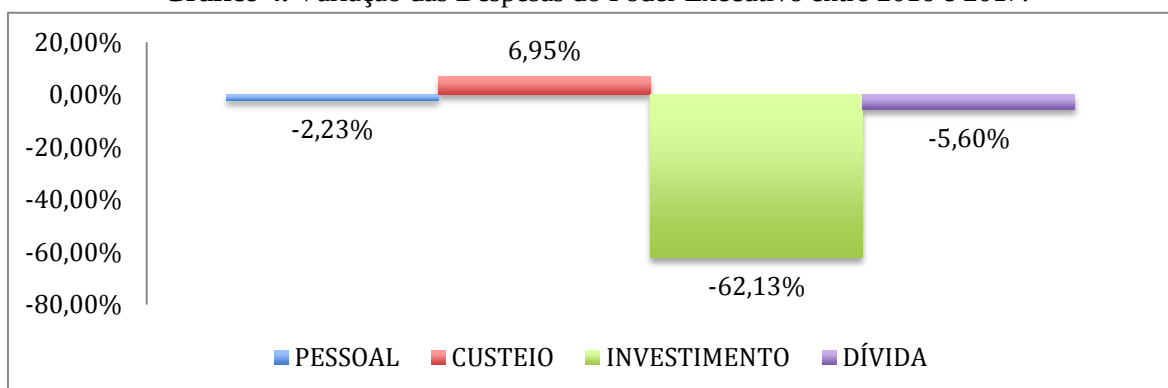


Gráfico 4. Variação das Despesas do Poder Executivo entre 2016 e 2017.



orçamento à fim de comportar as despesas com auxílio transporte no âmbito das despesas de custeio. As despesas com auxílio transporte atingiram a cifra de R\$ 1.658.400,46 sem contar com o valor que foi empenhado como despesa com pessoal, antes da promulgação da lei citada acima.

² As despesas com auxílio-transporte somaram R\$ 1.658.400,46, e o gasto com o auxílio-alimentação atingiu R\$ 1.777.217,25.

Ainda no que se refere à evolução dos gastos, é importante salientar que as despesas com pessoal foram as que mais cresceram no período avaliado, registrando um crescimento na ordem de 93%, entre 2012 (R\$ 78,32 mi) e 2017 (R\$ 151,08 mi).

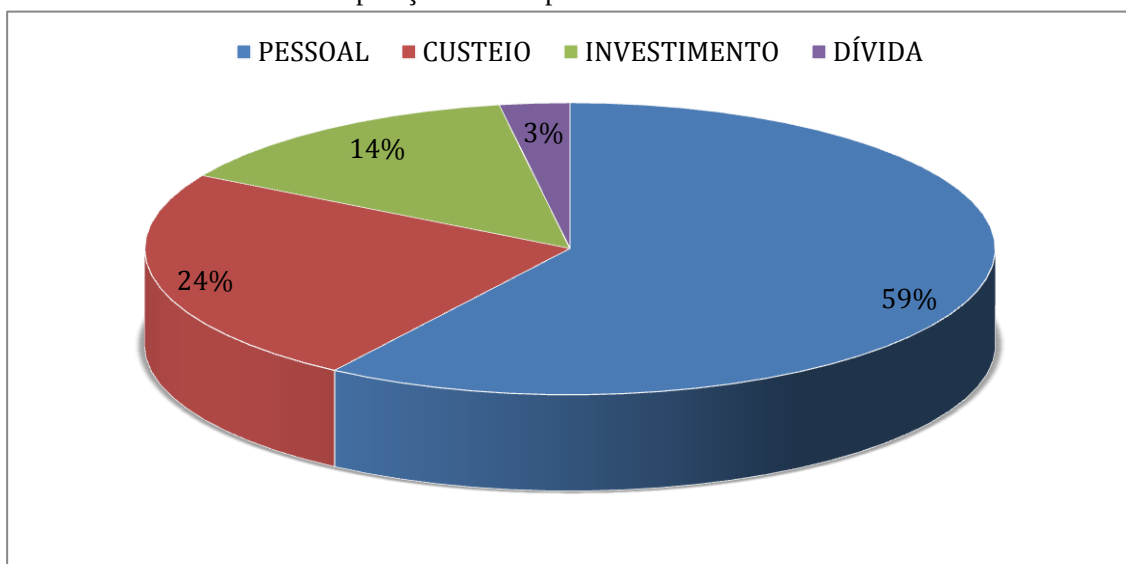
As despesas de custeio também sofreram retração na ordem de 17,75% entre 2012 (R\$ 74,40 mi) e 2017 (R\$ 61,20 mi), isso em valores absolutos, ou seja, sem considerar à inflação.

Composição das Despesas do Poder Executivo

Como é possível verificar por meio do Gráfico 5, a principal despesa do Poder Executivo é o gasto com pessoal, à qual representou 59,32% do total das despesas, em 2017; seguido, respectivamente, pelas despesas de custeio (24,03%); investimento (13,99%); e dívida (2,67%).

Dessa forma, as despesas correntes, composta pelo gasto com pessoal e custeio, representaram 83,35% do total das despesas. Através da Tabela X é possível verificar a composição dos gastos com pessoal e custeio.

Gráfico 5. Composição das Despesas do Poder Executivo em 2017.



Considerando apenas as despesas correntes, o gasto com pessoal representou 72,92% das despesas. No âmbito dos gastos com pessoal, os vencimentos e vantagens representou 76,70%, somando um total de R\$ 112,28 mi.

Depois dos vencimentos e vantagens, a maior despesa que figura no rol das despesas correntes é o gasto com serviço de pessoa jurídica, cujo gasto total em 2017 somou 28,52 mi, representando 13,82% das despesas correntes.

As despesas com material de consumo somaram R\$ 15,32 mi, representando 7,42% das despesas correntes. Se somadas juntas, as despesas com material de consumo, serviços de pessoa jurídica e vencimentos e vantagens representam 75,63% das despesas correntes.

Tabela 3. Composição das Despesas Correntes do Poder Executivo.

NATUREZA	DESPESA	TOTAL ANUAL	DESP./ GRUP	DESP./ TOTAL
PESSOAL	SENTENÇAS JUDICIAIS	7,486.52	0.01%	0.00%
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	53,010.08	0.04%	0.03%
	OUTRAS DESPESAS VARIÁV. - PESSOAL CIVIL	136,250.00	0.09%	0.07%
	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	420,926.18	0.29%	0.20%
	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL - CONT. TERCEIRIZ	721,928.34	0.49%	0.35%
	PENSÕES	934,169.58	0.64%	0.45%
	OUTROS BENEF. ASSISTENCIAIS SERVIDOR	1,143,852.04	0.78%	0.55%
	APOSENTADORIAS E REFORMAS	2,779,844.00	1.90%	1.35%
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4,185,080.56	2.86%	2.03%
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5,590,224.06	3.82%	2.71%
	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.	7,828,414.82	5.35%	3.79%
	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - RPPS	10,317,376.84	7.05%	5.00%
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS - PESSOAL CIVIL	112,282,508.94	76.70%	54.39%
	TOTAL DESP. PESSOAL	146,401,071.96	100.00%	70.92%
CUSTEIO	OUTROS	129,750.75	0.22%	0.06%
	-SERVIÇOS DE CONSULTORIA	139,030.00	0.23%	0.07%
	DIÁRIAS - CIVIL	213,000.00	0.35%	0.10%
	SENTENÇAS JUDICIAIS	507,780.14	0.85%	0.25%
	SUBVENÇÕES SOCIAIS	519,600.00	0.87%	0.25%
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	668,684.86	1.11%	0.32%
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1,335,915.42	2.22%	0.65%
	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1,658,400.46	2.76%	0.80%
	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	1,784,732.25	2.97%	0.86%
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	2,667,295.63	4.44%	1.29%
	OUTROS SERVI. TERCEIROS PESSOA FÍSICA	6,576,574.92	10.95%	3.19%
	MATERIAL DE CONSUMO	15,320,247.14	25.52%	7.42%
	OUTROS SERV. TERCEIROS - PES. JURÍDICA	28,522,038.29	47.50%	13.82%
	TOTAL DESP. CUSTEIO	60,043,049.86	100.00%	29.08%
TOTAL GERAL		206,444,121.82	-	100%

Avaliação da Execução do CDF 2017 - Poder Executivo

O desempenho da gestão financeira do município de Águas Lindas de Goiás tem se destacado pelo avanço dos instrumentos de planejamento e gestão. Dentre esses, cita-se à instituição do Cronograma de Desembolso Financeiro (CDF) a partir de 2015. Até 2016, o controle das cotas financeiras era realizado através de planilhas. Em 2017, o CDF passou a vigorar no âmbito do Sistema Integrado de Gestão, o que permitiu um maior controle dos gastos.

Por meio da **Tabela 4**, é possível verificar o desempenho da execução financeira quanto ao planejamento instituído pelo CDF. As despesas que mais registraram variação em termos proporcionais foram os investimentos, cuja execução foi 52,17% abaixo do valor inicialmente previsto.

Tabela 4. Previsão *versus* Execução das Despesas do Poder Executivo em 2017.

NAT. DA DESPESA	CDF 2017	EXECUÇÃO	DIFERENÇA (Em R\$)	DIFERENÇA (Em %)
PESSOAL	129.081.142,00	146.401.071,96	17.319.929,96	13,42%
CUSTEIO	51.417.548,34	60.345.199,86	8.927.651,52	17,36%
INVESTIMENTO	73.406.244,01	35.110.568,26	-38.295.675,75	-52,17%
DÍVIDA	5.936.305,08	6.787.715,05	851.409,97	14,34%
OUTRAS ³	8.175.333,05	6.352.618,13	-1.822.714,92	-22,30%
TOTAL	268.016.572,48	254.997.173,26	-13.019.399,22	-4,86%

A segunda maior variação, em termo absolutos, foi o gasto com pessoal, cuja execução somou R\$ 17 mi acima do valor previsto inicialmente, acompanhado pelo custeio que foi R\$ 8,9 mi a mais que a previsão.

A variação entre o valor previsto e o executado relativo aos gastos com pessoal e investimento se deu em virtude de uma previsão mais otimista para o exercício de 2017. Assim, as despesas executadas superaram os valores previstos.

Em relação às despesas de custeio, a principal variação ocorreu no âmbito da secretaria municipal de obras, cujo valor previsto inicialmente pela fonte 100 teve de ser suplementado em mais de R\$ 5 mi, visto que as receitas previstas para essa secretaria estavam muito aquém de suas despesas (Ver subtópico Despesas da Prefeitura).

³Compreende o pagamento dos Restos à Pagar (RAP) processados.

Além disso, os valores destinados ao custeio da Secretaria Municipal de Saúde, via fonte 102, foram suplementados em mais de R\$ 2 mi; todavia, essa suplementação ocorreu por meio da redução dos gastos com pessoal nessa mesma fonte (ver subtópico Despesas da Saúde).

Ambas as situações - a previsão subestimada das despesas de custeio da saúde (fonte 102) e da secretaria de obras (fonte 100) - foram realizadas propositadamente, impondo medidas de compensação do déficit a partir da anulação de despesas ou aumento das receitas.

No caso da secretaria de obras, o aumento das despesas foi viabilizado pelas receitas da venda da folha de pagamentos.

Considerando as variações entre as despesas previstas e as executadas, a Tabela 5 apresenta as unidades orçamentárias e fontes nas quais ocorreram os maiores déficits.

Tabela 5. Os Maiores Déficits das Despesas de Custeio - Poder Executivo.

UNID.	FONTE	DET. FONTE	PREVISTO	GASTO	DIFERENÇA
SEC. ADMINISTRAÇÃO	100	0	3.433.229,50	5.258.708,57	1.825.479,07
SEC. OBRAS	100	0	4.491.172,31	10.614.691,85	6.123.519,54
SAÚDE	102	0	7.663.675,57	10.043.366,24	2.379.690,67
SAÚDE	114	0	45.758,19	2.671.035,99	2.625.277,80
SAÚDE	114	8	0,00	1.339.941,60	1.339.941,60
EDUCAÇÃO	101	0	375.000,00	2.306.705,90	1.931.705,90
TOTAL			16.008.835,57	32.234.450,15	16.225.614,58

Além da saúde e secretaria de obras, a educação e a secretaria de administração também registraram déficits entre o valor previsto e o valor executado. No âmbito da secretaria de Administração, não houve alternativa que viabilizasse a suplementação dos recursos. Todavia, as despesas realizadas eram de caráter de extrema necessidade. Dessa forma, as despesas foram viabilizadas por meio dos recursos advindos de dotações não utilizadas.

Na educação, o gasto com pessoal ficou abaixo do valor estimado, viabilizando à suplementação dos recursos destinados às despesas de custeio.

Após essa análise geral das despesas, é preciso analisar a execução das despesas no âmbito de cada uma das unidades gestoras. A Tabela 6 classifica os órgãos do Poder Executivo de acordo com o montante das despesas liquidadas.

Tabela 6. Despesas Realizadas em 2017 por Órgão - Poder Executivo.

UNIDADE	DESPESAS LIQUIDADAS	PERC.
EDUCAÇÃO (FME E FUNDEB)	100.471.609,26	40,34%
OBRAS	52.343.502,07	21,02%
SAÚDE (FMS)	43.718.049,69	17,55%
ADMINISTRAÇÃO	26.914.033,63	10,81%
ENCARGOS GERAIS	8.795.675,49	3,53%
FUNPREVAL	6.229.341,57	2,50%
ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS)	5.002.115,40	2,01%
SMT	1.068.046,15	0,43%
PROCURADORIA	939.553,24	0,38%
MEIO AMBIENTE (FMMA)	699.542,50	0,28%
SEC. PLANEJAMENTO	640.707,31	0,26%
HABITAÇÃO	541.646,50	0,22%
CULTURA, ESPORTE E LAZER	508.932,21	0,20%
CONTROLE INTERNO	300.568,07	0,12%
GABINETE PREFEITO	271.185,15	0,11%
PROCON	217.468,54	0,09%
AGRICULTURA	201.438,27	0,08%
FUNREBOM	143.338,19	0,06%
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	41.213,31	0,02%
TOTAL	249.047.966,55	100,00%

Como visto, à Secretaria Municipal de Educação é o órgão com maior volume de despesas, representando 40% das despesas do Poder Executivo, seguido pelos gastos da Secretaria de Obras (21%), da Saúde (17%), Secretaria de Administração (10,81%), Encargos Gerais (3,53%), FUNPREVAL (2,49%), Assistência Social (2%), SMT (0,43%) e demais órgãos (0,43%).

Diante disso, serão analisadas as despesas de cada órgão, principalmente no que diz respeito a execução do CDF e evolução das despesas por natureza.

Despesas da prefeitura - gestão 03

Avaliação da Execução do CDF

A análise da execução do CDF, no âmbito da Gestão 03, considerará apenas os recursos vinculados à fonte 100 (Recursos Ordinários), visto que as demais fontes de recursos disponíveis à Prefeitura tratam-se de recursos de convênio ou de recursos vinculados à despesas específicas, como a COSIP por exemplo, as quais não há discricionariedade.

Dessa forma, a presente análise compreenderá as unidades orçamentárias vinculadas à Gestão 03 e o comportamento das despesas dessas unidades no âmbito da fonte 100, conforme a Tabela 7.

Tabela 7. Cotas Previstas no CDF versus Despesas Realizadas.

UNIDADE	RECEITA PREV. (A)	DESPESA REAL. TOTAL (B) (B=C+D)	DESPESA DE 2017 (C)	PAG. DO RAP (D)	DIF. EM R\$ (E) (E=A-B)	DIF. EM % (F) (F=E/A)
GAB. PREFEITO	660.000,00	271.185,15	271.185,15	0,00	388.814,85	58,91%
PLANEJAMENTO	720.000,00	640.987,31	640.987,31	0,00	79.012,69	10,97%
ADMINISTRAÇÃO	27.594.028,84	27.324.725,25	27.016.375,44	308.349,81	269.303,59	0,98%
PROCURADORIA	1.255.000,00	939.553,24	939.553,24	0,00	315.446,76	25,14%
CONT. INTERNO	300.129,35	300.568,07	300.568,07	0,00	-438,72	-0,15%
ENC. GERAIS	8.849.592,13	9.021.321,78	9.021.321,78	0,00	-171.729,65	-1,94%
MEIO AMB. E AGRICULTURA	480.000,00	207.136,01	203.933,78	3.202,23	272.863,99	56,85%
CULT., DESPORTO E LAZER	641.293,24	559.842,21	534.387,21	25.455,00	81.451,03	12,70%
SEC. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	259.373,10	41.213,31	41.213,31	0,00	218.159,79	84,11%
HABITAÇÃO	444.148,00	541.646,50	541.646,50	0,00	-97.498,50	-21,95%
OBRAS E TRANSPORTE	15.645.431,74	18.262.630,32	16.744.297,01	1.518.333,31	-2.617.198,58	-16,73%
TOTAL	56.848.996,40	58.110.809,15	56.255.468,80	1.855.340,35	1.261.812,75	2,22%

É possível verificar, por meio da Tabela X, que as únicas unidades que ultrapassaram o valor definido foram: Controle Interno; Encargos Gerais; Habitação e a Secretaria de Obras e Transporte. Essa última, gastando 16,73%, ou R\$ 2,61 mi, acima do valor previsto. Todavia, desde que foi publicado o CDF, a Secretaria de Fazenda e Planejamento tinha

conhecimento da situação crítica das finanças da Secretaria de Obras. O valor previsto para o custeio da secretaria era muito aquém do necessário para manter suas atividades. O valor gasto à maior pelas demais unidades foi equacionado pelo superávit gerado pelas demais unidades.

É preciso esclarecer que muito do equacionamento e equilíbrio alcançado pelas Unidades Gestoras ocorreu via postergação do pagamento dos Restos à Pagar (RAP). Visto que fora estabelecido no CDF as receitas para o pagamento do RAP.

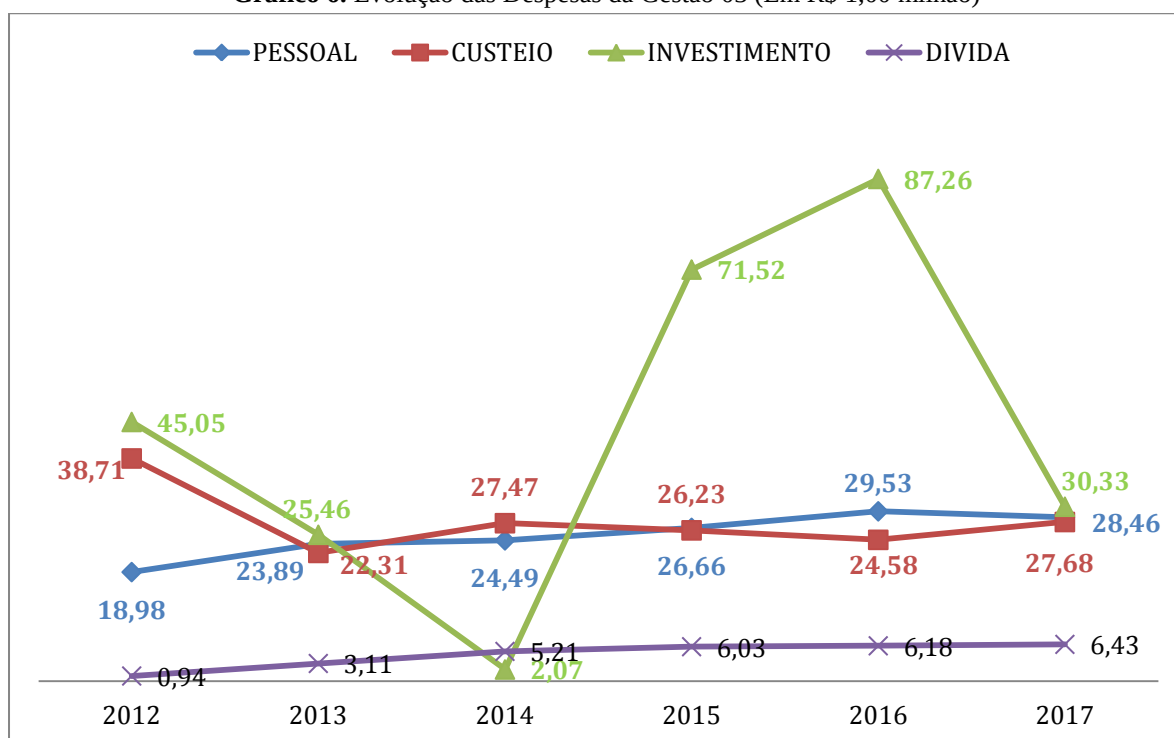
Evolução das Despesas

O Gráfico 6 representa a evolução das despesas no âmbito das unidades vinculadas à Gestão 03. Como é possível verificar, a maior variação ocorrida no período avaliado foi em relação aos investimentos. Isso decorre da variação e inconstância dos repasses do Governo Federal referente aos convênios, principalmente os oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As despesas com pessoal cresceram 49,97% no período analisado, saindo da cifra de R\$ 18,98 mi, em 2012, e atingindo o montante de R\$ 28,46 mi, em 2017.

As despesas de custeio, por outro lado, registraram queda de 28,49%, saindo do patamar de R\$ 38,71 mi, em 2012, para R\$ 27,68 mi, em 2017.

Gráfico 6. Evolução das Despesas da Gestão 03 (Em R\$ 1,00 milhão)

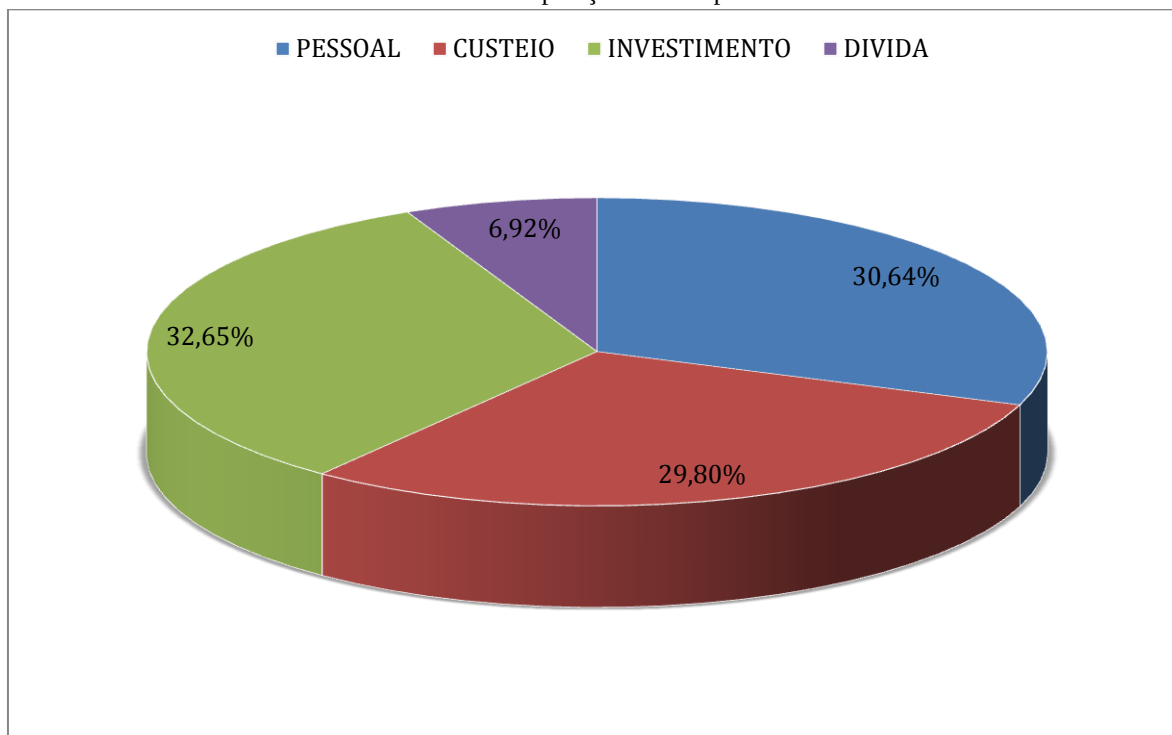


Composição das Despesas

As despesas orçamentárias agrupam-se em dois grupos econômicos, a saber, despesas correntes e de capital (ver página 11). As despesas correntes englobam os gastos com pessoal e despesas de custeio; e as despesas de capital compreendem os investimentos e o pagamento da dívida consolidada.

Conforme se visualiza no Gráfico 7, as despesas da Prefeitura são compostas da seguinte forma: o gasto com pessoal responde por 30,64%; as despesas de custeio representam 29,80%; os investimentos, 32,65%; e a dívida, 6,92%.

Gráfico 7. Composição das Despesas da Prefeitura.



As despesas correntes (pessoal e custeio) das Unidades atreladas à Prefeitura são detalhadas na Tabela 8. No montante das despesas correntes, o gasto com pessoal responde por 50,68% (R\$ 28,45 mi) em contraponto aos 49,32% (R\$ 27,69 mi) das despesas de custeio.

No geral das despesas correntes, os vencimentos e vantagens responderam por 39,70% (R\$ 22,29 mi) das despesas; seguida dos serviços de pessoas jurídicas (31,29% - R\$ 17,56 mi) e material de consumo (7,90% - R\$ 4,43 mi), as quais serão analisadas detalhadamente à seguir.

As obrigações tributárias e contributivas referem-se, principalmente, aos custos do PASEP. Essas despesas somaram R\$ 2,62 mi, representando 4,69% das despesas de custeio.

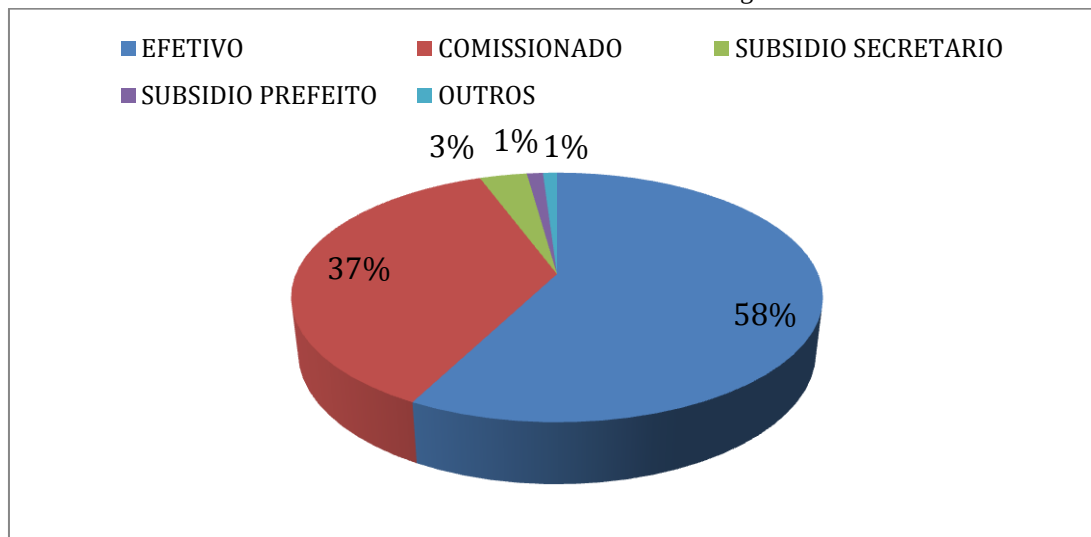
As indenizações e restituições, no âmbito das despesas de custeio, somaram R\$ 1,3 mi, representando 2,39% das despesas de custeio. Grande parte dessas despesas referem-se à devolução de recursos à União, conforme ofício 063/2017/GSI/DRPS/SNSA-MCIDADES, oriundo do Termo de Compromisso Nº 222.908/2007 - PAC 2 - PPI INTERVENÇÕES EM FAVELAS/SANEAMENTO INTEGRADO

Tabela 8. Composição das Despesas Correntes da Prefeitura (Gestão 03).

NATUREZA	DESPESA	DESP.	DESP./ NAT.	DESP./ TOTAL
PESSOAL	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.035,33	0,04%	0,02%
	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL-CONT.TERCERIZ	292.708,13	1,03%	0,52%
	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - RPPS	1.202.952,47	4,23%	2,14%
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.342.451,25	4,72%	2,39%
	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.	1.367.910,82	4,81%	2,44%
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.944.539,45	6,83%	3,46%
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS-PESSOAL CIVIL	22.291.116,30	78,34%	39,70%
	TOTAL DESP. PESSOAL	28.452.713,75	100,00%	50,68%
CUSTEIO	OUTROS SERVI.TERCEIROS PESSOA FÍSICA	419.932,49	1,52%	0,75%
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	632.077,68	2,28%	1,13%
	OUTROS	661.967,06	2,39%	1,18%
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES	1.342.451,25	4,85%	2,39%
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	2.633.842,52	9,51%	4,69%
	MATERIAL DE CONSUMO	4.434.724,86	16,01%	7,90%
	OUTROS SERV.TERCEIROS - PES.JURIDICA	17.567.212,38	63,44%	31,29%
	TOTAL DESP. CUSTEIO	27.692.208,24	100,00%	49,32%
TOTAL GERAL		112.289.843,98	-	100%

O Gráfico 8 apresenta a composição dos vencimentos e vantagens. É possível verificar que 57% dessas despesas refere-se ao pagamento de pessoal efetivo; seguido pelos comissionados (36%); subsídio dos secretários (3,5%) e subsídio do prefeito (1,2%).

Gráfico 8. Detalhamento dos Vencimentos e Vantagens - Prefeitura.



O Gráfico 9 apresenta o detalhamento dos Serviços de Pessoa Jurídica. Através dele é possível verificar que os serviços de limpeza e conservação (executados pela empresa CAENGE), cujo custo anual foi de R\$ 6,46 mi, representaram a maior parte dos serviços de pessoa jurídica, respondendo por 36,78% desses serviços.

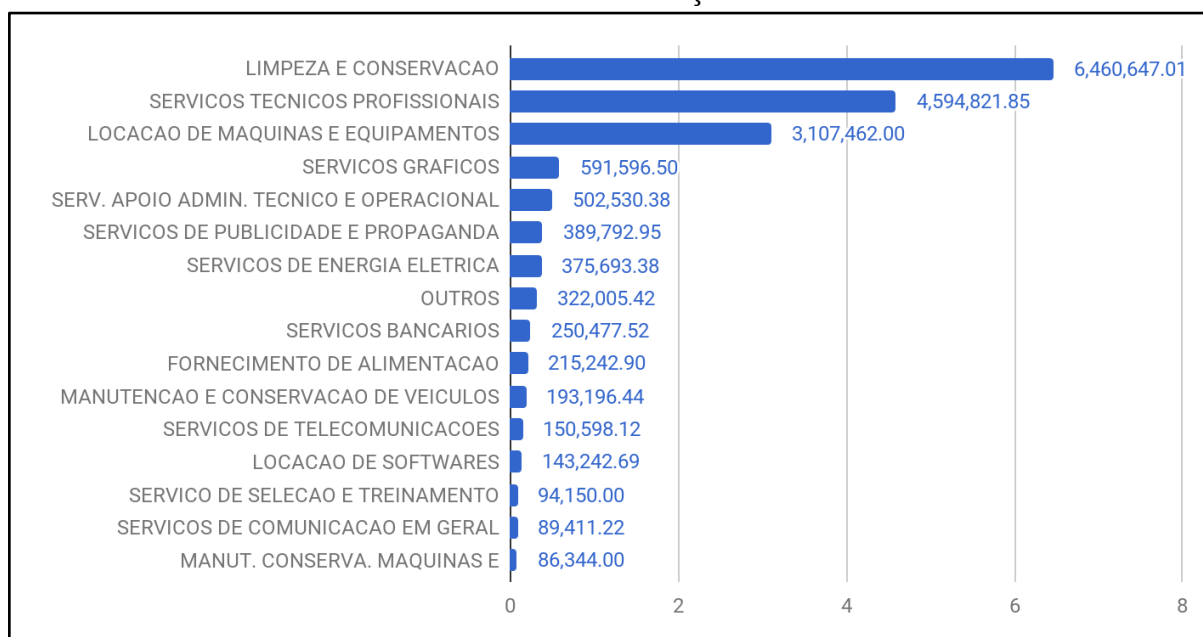
Os serviços técnicos profissionais, quase que em sua totalidade, referem-se aos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS) desenvolvidos no âmbito das ações de desenvolvimento urbano do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas despesas representaram 26,16% do montante das despesas com serviços de pessoas jurídicas, com custo anual de R\$ 4,59 mi. É importante ressaltar que a fonte de financiamento dessas ações são os recursos oriundos dos contratos do PAC, não afetando os recursos próprios municipais.

As despesas com a locação de veículos, máquinas pesadas e equipamentos apresentaram custo anual de R\$ 3,10 mi, representando 17,69% das despesas com serviços de pessoa jurídica.

O custo anual com serviços gráficos foi de R\$ 591,59 mil, o que representa 3,37% das despesas com pessoa jurídica. Na sequência, os serviços de apoio técnico e operacional, que representa as despesas com programas de estágio, tiveram um custo anual de R\$ 502,53 mil, representando 2,86% dos serviços de pessoa jurídica.

Os serviços de publicidade e propaganda tiveram um custo anual de R\$ 389,79, o que representa 2,22% dos serviços de Pessoa Jurídica. Além desse serviço, o custo anual com energia elétrica somou R\$ 375,69 mil, representando 2,14% dos serviços de pessoa jurídica. Os demais serviços representaram 8,30% e podem ser visualizados no Gráfico 9.

Gráfico 9. Detalhamento dos Serviços de Pessoa Jurídica.



O Gráfico 10 apresenta o detalhamento das despesas com material de consumo no âmbito da Prefeitura. Através dele é possível verificar que a maior despesa no âmbito desse elemento de despesa são os gastos com combustíveis e lubrificantes, cujo total foi de R\$ 1,1 mi anual, representando 25,03% das despesas com material de consumo.

O custo com material elétrico e eletrônico foi de R\$ 1,08 mi, representando 24,45% das despesas com material de consumo. É importante destacar que a maior parte dos materiais elétricos são destinados à iluminação pública, dessa forma são custeados com os recursos da COSIP.

O gasto anual com peças para conserto de veículos foi de R\$ 760,28 mil, representando 17,14% das despesas com material de consumo.

As despesas anuais com material de construção e reforma somaram R\$ 442,03 mil, representando 9,97% das despesas com material de consumo. Na sequência, os materiais para processamento de dados tiveram um custo de R\$ 437,93 mil, representando 9,87% das despesas com material de consumo.

O custo anual com material de limpeza foi de R\$ 209,28 mil, representando 4,72% das despesas com material de consumo. Os materiais para produção industrial, em sua totalidade referente a massa asfáltica utilizada para recuperação de vias, custaram R\$ 148,40, representando 3,35% das despesas com material de consumo. Os demais materiais de consumo representaram 8,81% do total gasto com material de consumo e estão detalhados no Gráfico 10.

Gráfico 10. Detalhamento das Despesas com Material de Consumo.



Restos à Pagar e Saldo Financeiro

Apesar de não estarem concluídos os lançamentos contábeis referente ao mês de dezembro de 2017, em 07 de janeiro de 2018 o RAP Processado referente à Gestão 03 estava constituído na forma especificada na Tabela 9.

Tabela 9. Restos à Pagar da Prefeitura por Fonte de Recurso.

FONTE	SALDO FINANCEIRO DE 2017	RAP PROC.	SALDO FINAL
100/200	29.659.449,07	9.979.917,27	19.679.531,80
101	3.405.778,41	3.853,37	3.401.925,04
115	0,00	6.409,00	-6.409,00
116	150.026,57	432.200,37	-282.173,80
117	2.996.749,79	279.531,50	2.717.218,29
123	11.364.829,72	10.975.386,02	389.443,70
170	502.663,29	424,65	502.238,64
223	13.158.745,78	225.627,15	12.933.118,63
TOTAL	53.656.700,34	21.903.349,33	31.753.351,01

Despesas da educação - FUNDEB e FME

A Secretaria Municipal de Educação conta com recursos disponíveis em dois fundos especiais distintos para fazer frente às suas despesas, a saber: o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e o Fundo Municipal de Educação (FME).

Pelo menos 60% das receitas do FUNDEB devem ser, obrigatoriamente, utilizadas para o pagamento de profissionais do magistério, essas receitas são vinculadas à fonte 118. Os outros 40% (fonte 119) podem ser utilizados nas demais despesas de custeio ou de investimento no âmbito da educação.

Gráfico 11. Evolução das Despesas do Fundeb.

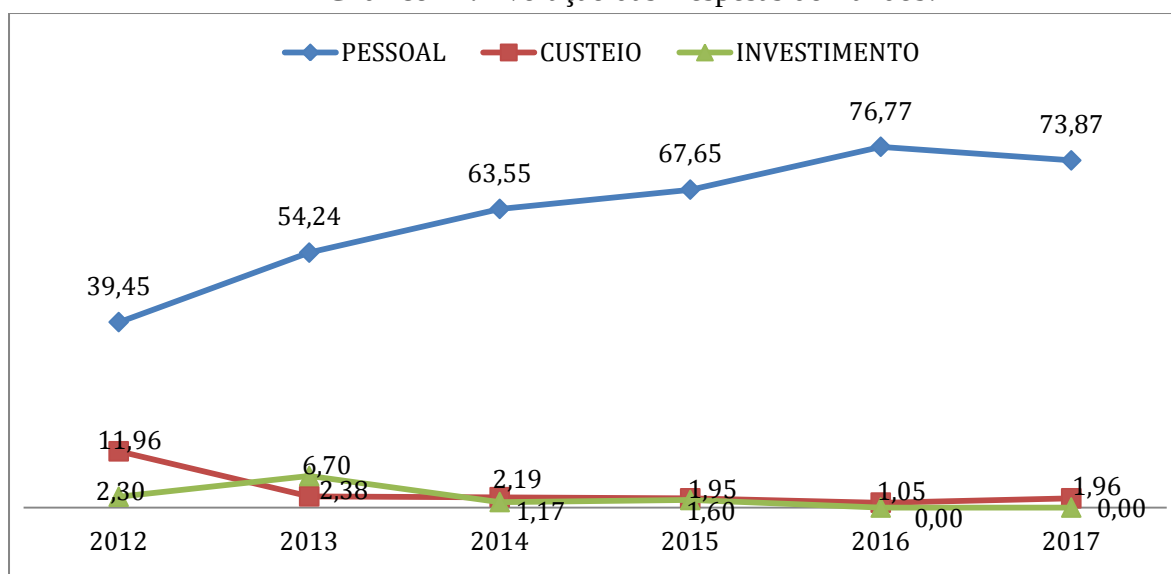


Gráfico 12. Proporção das Despesas do FUNDEB por Fonte de Recurso.

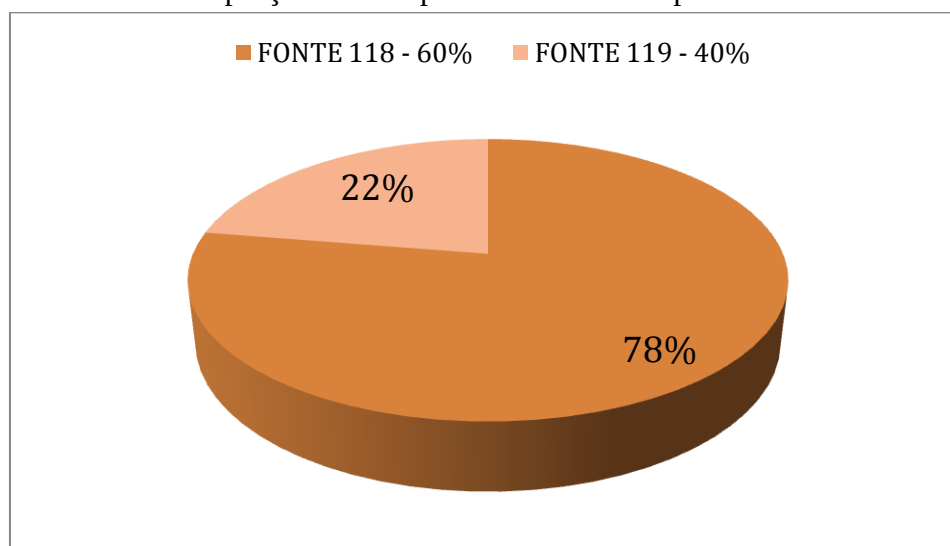
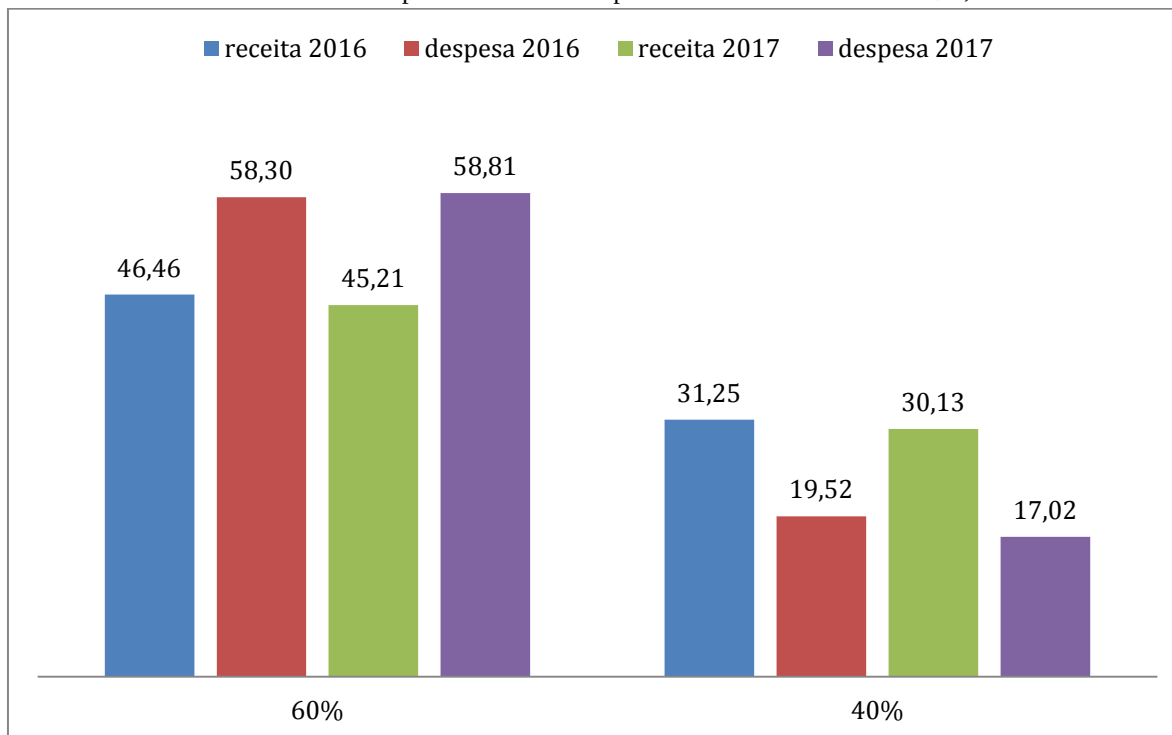


Gráfico 13. Receitas e Despesas do FUNDEB por Fonte de Recurso – Em R\$ 1,00 milhão.



Como é possível, todavia, visualizar por meio do Gráfico 13, as despesas com pessoal consomem totalmente os recursos do FUNDEB. Isso porque, em 2017, o custeio no âmbito do FUNDEB representou 2,58% das despesas, contra 97,42% gasto com pessoal. Todavia, o total das despesas de custeio no FUNDEB é constituído pelo auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

A queda no total das despesas entre 2016 e 2017 se deu em virtude da queda na arrecadação. Como pode ser verificado através do Gráfico 13, em 2016, as receitas do FUNDEB somaram um total de R\$ 77,43 mi; em 2017, caiu para R\$ 75,34 mi; representando uma queda de 2,70%. Em contrapartida, as despesas com os profissionais do magistério se mantiveram altas, obrigando uma redução das despesas vinculadas a fonte 119 (40%).

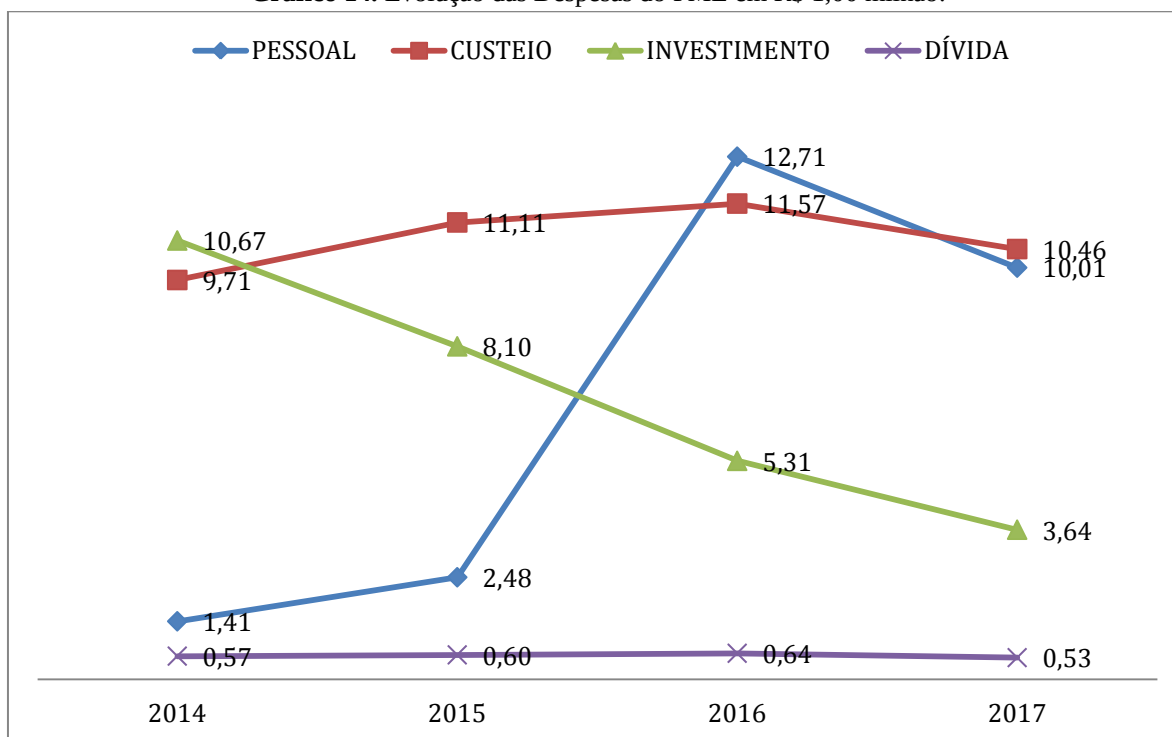
Na prática, as despesas outrora vinculadas a fonte 119 foram custeadas com recursos ordinários de contrapartida para a educação (fonte 101), ou seja, não houve redução das despesas do FUNDEB, apenas remanejamento parcial para as fontes do FME.

O FME, por sua vez, dispõe de uma série de fontes de recursos. As principais são o Salário Educação (115.049); Recursos Ordinários – Contrapartida para Educação (101) e os oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (115.052). Os recursos das fontes 115.049 e 101 podem ser utilizados nas despesas de custeio e investimento de modo geral.

O FME foi criado em 2014, antes disso, as despesas da Secretaria Municipal de Educação eram contabilizadas no âmbito da GESTÃO 03 – PREFEITURA. Como é possível verificar por meio do Gráfico 12, as despesas com investimentos vêm se reduzindo a medida que os gastos com pessoal vêm registrando crescimento.

Nesse sentido, entre 2015 e 2016 as despesas com pessoal cresceram 411%, saindo do patamar de R\$ 2,48 mi para R\$ 12,71 mi. Se considerar todo o período, essas despesas cresceram em média 155,41% ao ano. Por outro lado, os investimentos caíram 66% no período, registrando queda numa média de 30% ao ano.

Gráfico 14. Evolução das Despesas do FME em R\$ 1,00 milhão.



Considerando o total das despesas do FME e FUNDEB, verifica-se que mais de 80% são com pessoal, 12,36% são despesas de custeio; 3,62%, investimento e; dívida, 0,53%.

Tabela 10. Composição das Despesas da Educação – FME e FUNDEB.

NATUREZA	VALOR	PERC.
PESSOAL	83.879.231,04	83,49%
CUSTEIO	12.421.150,91	12,36%
INVESTIMENTO	3.640.677,76	3,62%
DÍVIDA	530.549,55	0,53%
TOTAL	100.471.609,26	100,00%

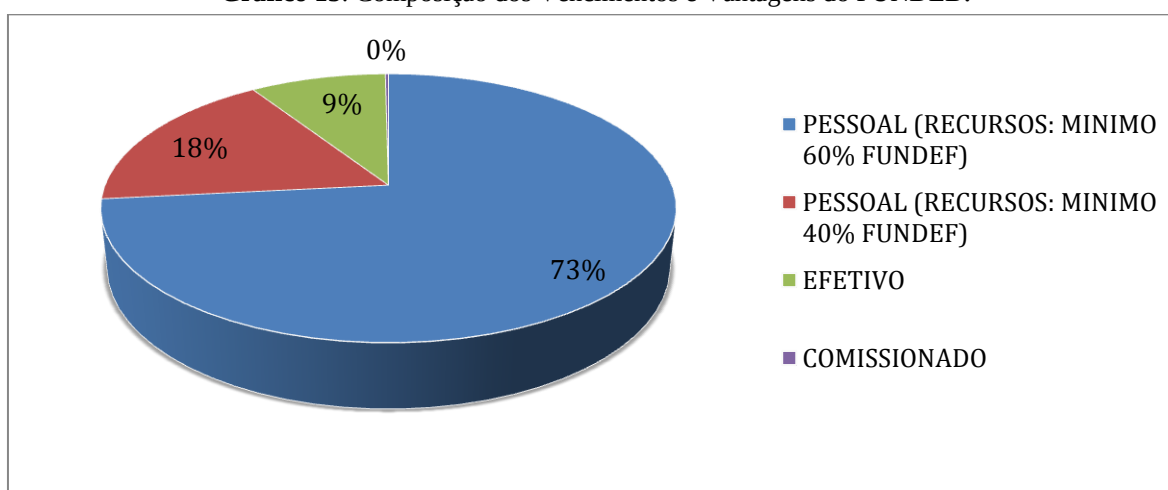
No âmbito do FUNDEB, 97,42% das despesas são com pessoal, e os 2,58% demais referem-se também a pessoal, já que são compostos pelo auxílio-alimentação e auxílio-transporte (ver Tabela 11).

Os vencimentos e vantagens representam 80,06% das despesas do FUNDEB. Os vencimentos e vantagens, por sua vez, são compostos da seguinte forma 73% são vinculados ao pagamento de profissionais do magistério; 18% ao pagamento dos demais servidores da educação e; 9% ao pagamento de efetivos.

Tabela 11. Composição das Despesas Correntes do FUNDEB.

GESTAO 4				
GRUPO	NATUREZA	DESP.	DESP/ GRUP	DESP./ TOTAL
PESSOAL	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.049.223,74	1,42%	1,38%
	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.	4.294.286,18	5,81%	5,66%
	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - RPPS	6.562.610,07	8,88%	8,65%
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.253.665,87	1,70%	1,65%
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS-PESSOAL CIVIL	60.707.399,32	82,18%	80,06%
	TOTAL DESP. PESSOAL	73.867.185,18	98,30%	97,42%
CUSTEIO	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	823.375,00	42,06%	1,09%
	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.134.270,55	57,94%	1,50%
	TOTAL DESP. CUSTEIO	1.957.645,55	100,00%	2,58%
TOTAL GERAL		75.824.830,73	-	100,00%

Gráfico 15. Composição dos Vencimentos e Vantagens do FUNDEB.



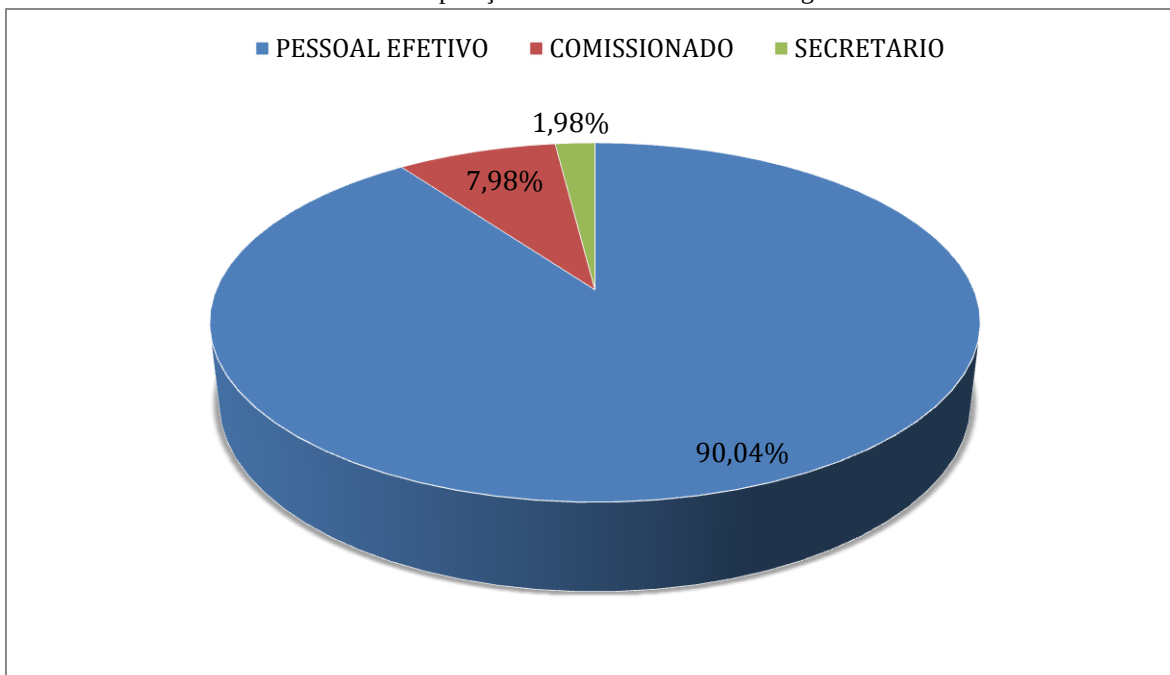
No FME, 48,90% das despesas são com pessoal. No âmbito dessas despesas, 63,54% são classificadas como vencimentos e vantagens. No conjunto dessas despesas, por sua vez, 90% são despesas com pessoal efetivo; 7,98% comissionados e; 1,98% subsídio do secretário municipal de educação (Ver Gráfico 16).

As despesas de custeio representaram 51,10% das despesas totais. No conjunto dessas despesas, o material de consumo e os serviços de pessoa jurídica foram os principais, representando, respectivamente, 25,52% e 17,13% das despesas do FME.

Tabela 12. Composição das Despesas Correntes do FME.

GESTAO 11				
GRUPO	NATUREZA	DESP.	DESP/ GRUP	DESP./ TOTAL
PESSOAL	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	36.476,31	0,36%	0,18%
	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - RPPS	704.049,74	7,03%	3,44%
	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL-CONT.TERCERIZ	169.958,14	1,70%	0,83%
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.262.516,87	12,61%	6,17%
	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.	956.070,86	9,55%	4,67%
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	521.400,43	5,21%	2,55%
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS-PESSOAL CIVIL	6.361.573,51	63,54%	31,07%
	TOTAL DESP. PESSOAL	10.012.045,86	100,00%	48,90%
CUSTEIO	AUXÍLIO-TRANSPORTE	223.791,93	2,14%	1,09%
	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	289.620,00	2,77%	1,41%
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	16.998,98	0,16%	0,08%
	DIÁRIAS - CIVIL	9.390,00	0,09%	0,05%
	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	7.770,00	0,07%	0,04%
	SUBVENÇÕES SOCIAIS	329.600,00	3,15%	1,61%
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	63.660,00	0,61%	0,31%
	MATERIAL DE CONSUMO	5.224.432,38	49,93%	25,52%
	OUTROS SERVI.TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	791.160,00	7,56%	3,86%
	OUTROS SERV.TERCEIROS - PES.JURIDICA	3.507.082,07	33,52%	17,13%
	TOTAL DESP. CUSTEIO	10.463.505,36	100,00%	51,10%
TOTAL GERAL		20.475.551,22	-	100,00%

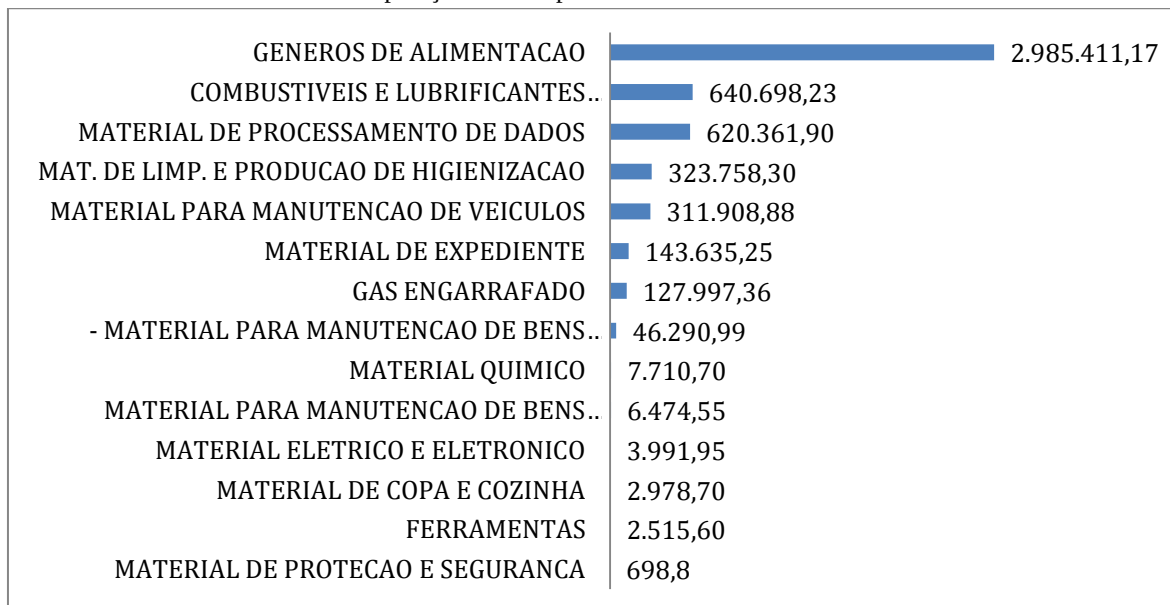
Gráfico 16. Composição dos Vencimentos e Vantagens – FME.



No conjunto das despesas com material de consumo, 57,14% foram com gêneros de alimentação. Em sua quase totalidade, os gêneros alimentícios são para a manutenção do Programa de Alimentação Escolar, sendo financiados, parcialmente, com recursos do PNAE.

Na sequência, 12,26% do consumo foi com combustível; 11,87%, com material de processamento de dados; 6,20%, com material de limpeza; 5,97%, com material para manutenção de veículos.

Gráfico 17. Composição das Despesas com Material de Consumo – FME.



Os serviços de pessoa jurídica representaram 17,13% das despesas totais do FME. No conjunto dessas despesas, 31,43% foram com a locação de bens móveis, os quais representam a locação de veículos, principalmente para o Programa de Transporte Escolar, parcialmente financiado pelo Programa homônimo do governo estadual.

Os serviços de apoio administrativo e operacional, derivado da contratação de empresa especializada na gestão de programa de estágio, representaram 24,02% das despesas com pessoa jurídica. Os custos com energia elétrica representaram 10,51% dos serviços com pessoa jurídica.

Gráfico 18. Composição dos Serviços de Pessoa Jurídica do FME.



Despesas da saúde – FMS

O Fundo Municipal de Saúde custeia as atividades dos órgãos e unidades vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde. As receitas que mantém o FMS são as oriundas do Fundo Nacional de Saúde (fonte 114); da Secretaria Estadual de Saúde (131) e os Recursos de Contrapartida do Tesouro Municipal para a Saúde (102).

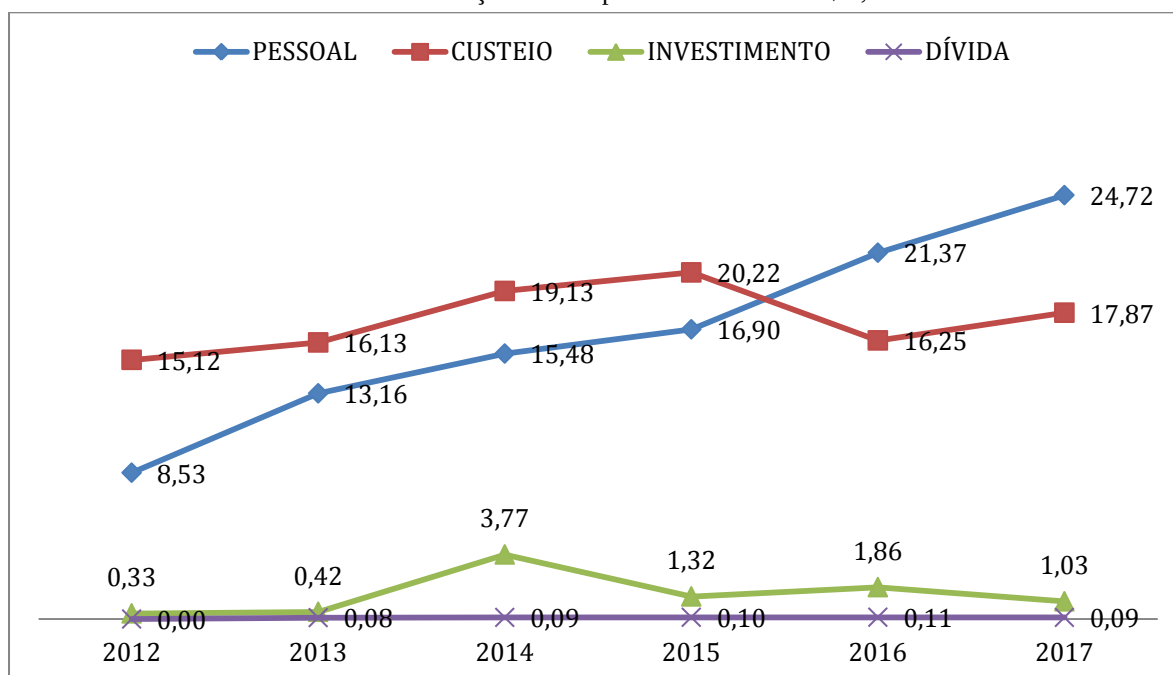
Atualmente, as despesas com pessoal representam a principal despesa da saúde. Essas despesas alcançaram esse posto a partir de 2016, quando ultrapassaram os gastos com as demais despesas de custeio.

A trajetória das despesas com pessoal tem registrado crescimento vertiginoso. No período de 2012 a 2017, as despesas com pessoal cresceram 190%, numa média de R\$ 3,24 mi ao ano, ou 24,6% em termos percentuais.

Esse crescimento foi viabilizado, num primeiro momento, pelo crescimento das receitas. A partir de 2016, só foi possível com a queda nas despesas de custeio. Nesse ano específico, enquanto as despesas de custeio caíram R\$ 3,97 mi, as despesas com pessoal cresceram R\$ 4,47 mi, passando a figurar como a principal despesa da saúde.

Os investimentos na saúde ainda são incipientes e estão muito aquém do montante necessário. No período de 2012 a 2017, os investimentos na rede de saúde somaram R\$ 8,73 mi, representando uma média de R\$ 1,46 mi ao ano. Esse valor equivale a 2,77% de todo o investimento realizado no município no mesmo período.

Gráfico 19. Evolução das Despesas da Saúde em R\$ 1,00 mi.



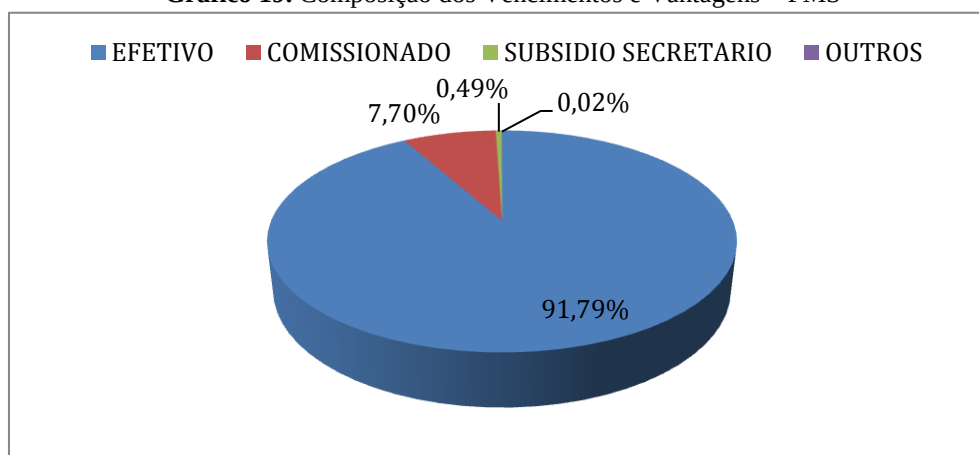
Considerando as despesas correntes realizadas em 2017, verifica-se que 58,05% foram com pessoal. No âmbito dessas despesas, 81,37% foram classificadas como vencimentos e vantagens; seguido das contribuições patronais para o regime próprio (6,99%), Obrigações patronais para o regime geral (5,94%) e contratação por tempo determinado (4,04%) (Ver Tabela 12).

Os vencimentos e vantagens, por sua vez, são compostos majoritariamente pelo gasto com vencimentos dos servidores efetivos (91,79%); acompanhado pelos vencimentos dos servidores comissionados (7,70%), subsídio do secretário (0,49%) e outros (0,02%) (ver Gráfico 14).

Tabela 13. Composição das Despesas Correntes da Saúde.

GESTAO 6				
GRUPO	NATUREZA	DESP.	DESP/ GRUP	DESP./ TOTAL
PESSOAL	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.720,44	0,01%	0,00%
	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL-CONT.TERCERIZ	88.983,18	0,36%	0,21%
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	318.227,61	1,29%	0,75%
	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.	999.478,04	4,04%	2,35%
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.468.432,84	5,94%	3,45%
	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - RPPS	1.729.012,59	6,99%	4,06%
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS-PESSOAL CIVIL	20.117.247,31	81,37%	47,23%
	TOTAL DESP. PESSOAL	24.723.102,01	100,00%	58,05%
CUSTEIO	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	8.888,20	0,05%	0,02%
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	21.093,15	0,12%	0,05%
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES	439.800,00	2,46%	1,03%
	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	409.276,25	2,29%	0,96%
	OUTROS	31.556,44	0,18%	0,07%
	OUTROS SERVI.TERCEIROSPESSOA FÍSICA	4.319.789,23	24,18%	10,14%
	MATERIAL DE CONSUMO	5.412.035,47	30,29%	12,71%
	OUTROS SERV.TERCEIROS - PES.JURIDICA	7.224.390,85	40,43%	16,96%
	TOTAL DESP. CUSTEIO	17.866.829,59	100,00%	41,95%
TOTAL GERAL		42.589.931,60	-	100,00%

Gráfico 19. Composição dos Vencimentos e Vantagens – FMS



No grupo das despesas correntes, as despesas de custeio representam 41,97%, e no conjunto dessas, três elementos de despesas figuram como principais: serviços de pessoa jurídica (40,43%), material de consumo (30,29%) e serviços de pessoa física (24,18%) (ver Tabela 12).

Os serviços de pessoa jurídica em sua quase totalidade (76,69%) referem-se aos credenciamentos de serviços médicos e odontológicos. Essas despesas são financiadas parcialmente pelos recursos oriundos dos FNS, para manutenção da média e alta complexidade. Esses recursos, por sua vez, registraram crescimento no último ano, a partir da habilitação do município junto ao Ministério da Saúde, quando o município foi habilitado a gestão plena da atenção básica ampliada, o que permitiu o crescimento nessas despesas.

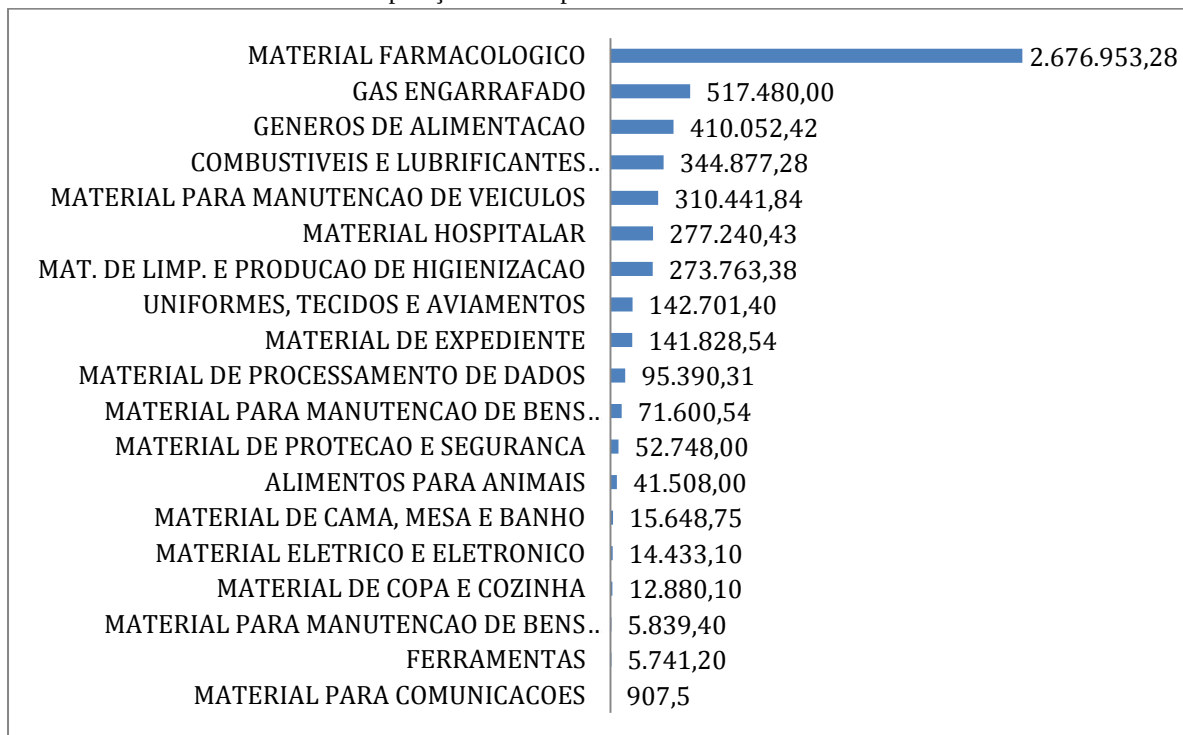
Gráfico 20. Composição das Despesas com Serviços de Pessoa Jurídica do FMS.



A terceira despesa com maior proporção no âmbito das despesas corrente é o gasto com material de consumo (12,71%). Nesse elemento de despesa, o gasto com material farmacológico, ou seja, medicamentos e outros produtos similares, representaram 49,46% dos gastos com material de consumo. Essas despesas, quase que em sua totalidade, foram financiadas com recursos do bloco de assistência farmacêutica na atenção básica.

Além dos materiais farmacológicos, os demais materiais de consumo com maior representatividade foram: Gás oxigênio e de cozinha (9,56); gêneros de alimentação (7,58%); combustíveis e lubrificantes (6,37%); material para manutenção de veículos (5,74%); material hospitalar (5,12%) e; material de limpeza (5,06%).

Gráfico 21. Composição das Despesas com Material de Consumo do FMS.



Despesas da assistência social - FMAS

O Fundo Municipal de Assistência Social é constituído das receitas oriundas dos repasses do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e das receitas próprias do município.

Verifica-se que as despesas de custeio no âmbito do FMAS registram a maior proporção. Todavia, tem se mantido equilibradas. Entre 2012 e 2017, essas despesas registraram queda na ordem de 13,67%. O gasto com pessoal, por sua vez, registrou crescimento na ordem de 96,92% no período.

No grupo das despesas correntes, os elementos com maior proporção foram os vencimentos e vantagens (28,84%), seguido dos serviços de pessoa jurídica (21,07%); serviços de pessoas físicas (19,89%) e; material de consumo (7,18%) (Ver Tabela 13).

Os vencimentos e vantagens foram compostos pelos vencimentos dos servidores efetivos (58%); vencimentos dos servidores comissionados (41%) e subsídio do secretário (1%).

Gráfico 22. Evolução das Despesas da Assistência Social – FMAS (Em R\$ 1,00 milhão).

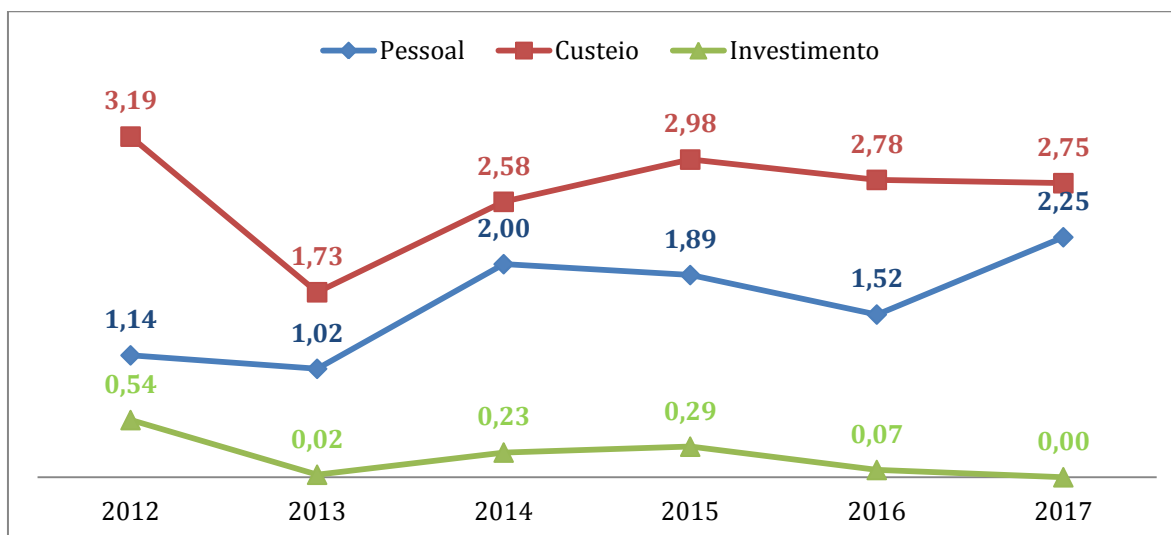
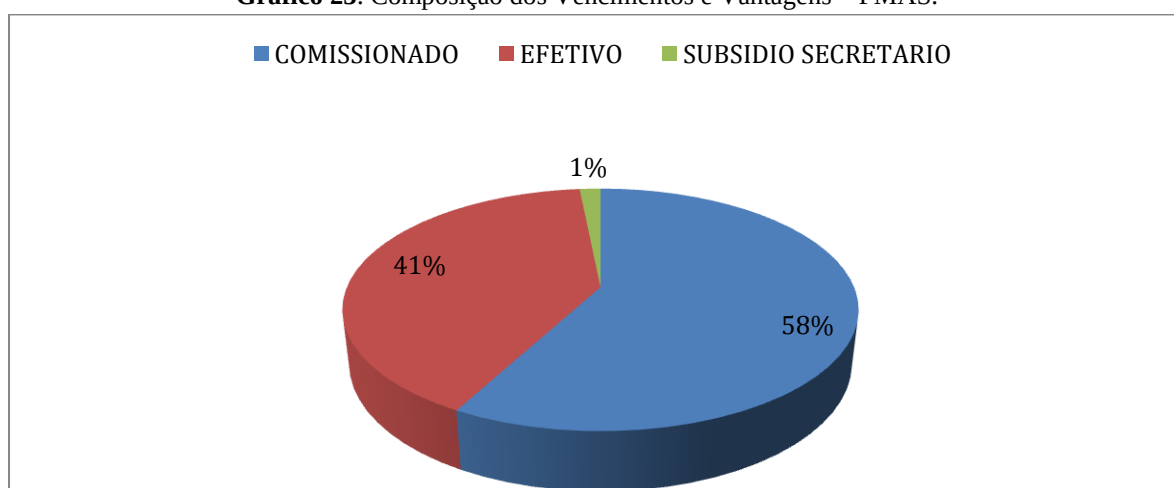


Tabela 14. Composição das Despesas Corrente do FMAS.

GESTAO 5

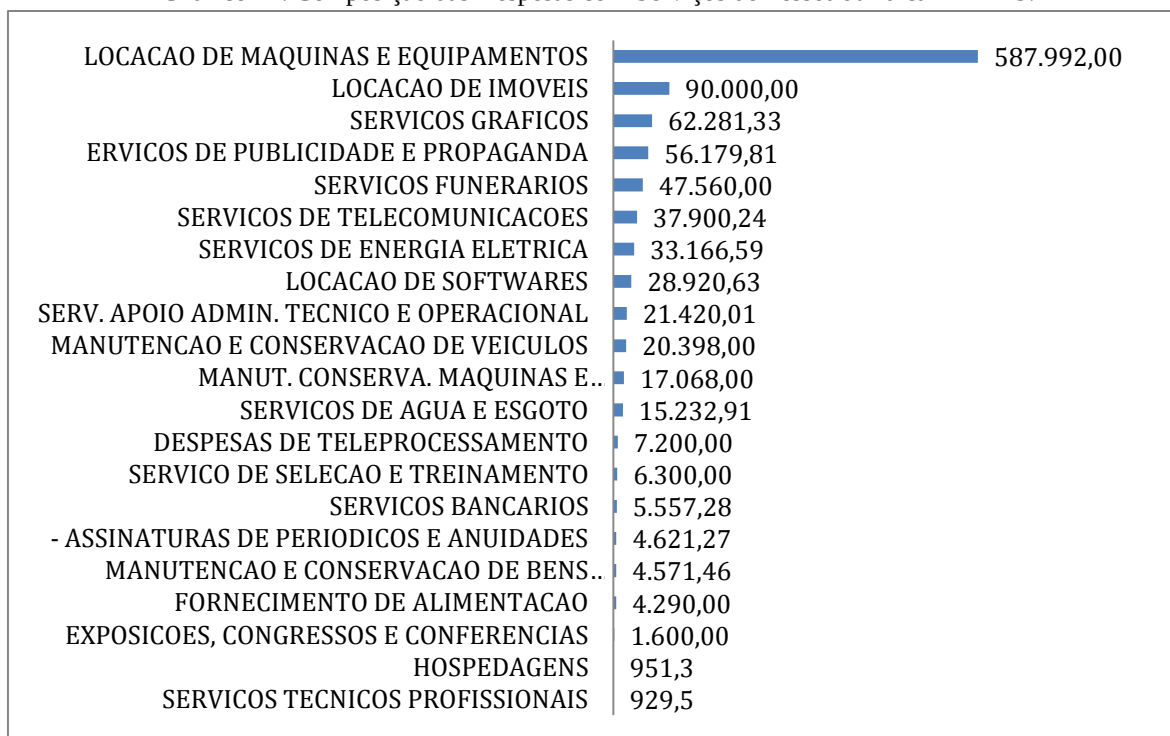
GRUPO	NATUREZA	DESP. ANUAL	DESP/ GRUP	DESP./ TOTAL
PESSOAL	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.778,00	0,17%	0,08%
	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS - RPPS	45.497,03	2,02%	0,91%
	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL-CONT.TERCERIZ	81.958,14	3,65%	1,64%
	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	131.167,19	5,84%	2,62%
	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO.	207.358,18	9,22%	4,15%
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	335.413,36	14,92%	6,71%
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS-PESSOAL CIVIL	1.442.653,35	64,18%	28,84%
	TOTAL DESP. PESSOAL	2.247.825,25	100,00%	44,94%
CUSTEIO	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	1.601,15	0,06%	0,03%
	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	13.987,58	0,51%	0,28%
	OUTROS	330.532,96	12,00%	6,61%
	MATERIAL DE CONSUMO	359.243,13	13,04%	7,18%
	OUTROS SERVI.TERCEIROSPESSOA FÍSICA	994.785,00	36,12%	19,89%
	OUTROS SERV.TERCEIROS - PES.JURIDICA	1.054.140,33	38,27%	21,07%
	TOTAL DESP. CUSTEIO	2.754.290,15	100,00%	55,06%
TOTAL GERAL		5.002.115,40	-	100,00%

Gráfico 23. Composição dos Vencimentos e Vantagens – FMAS.



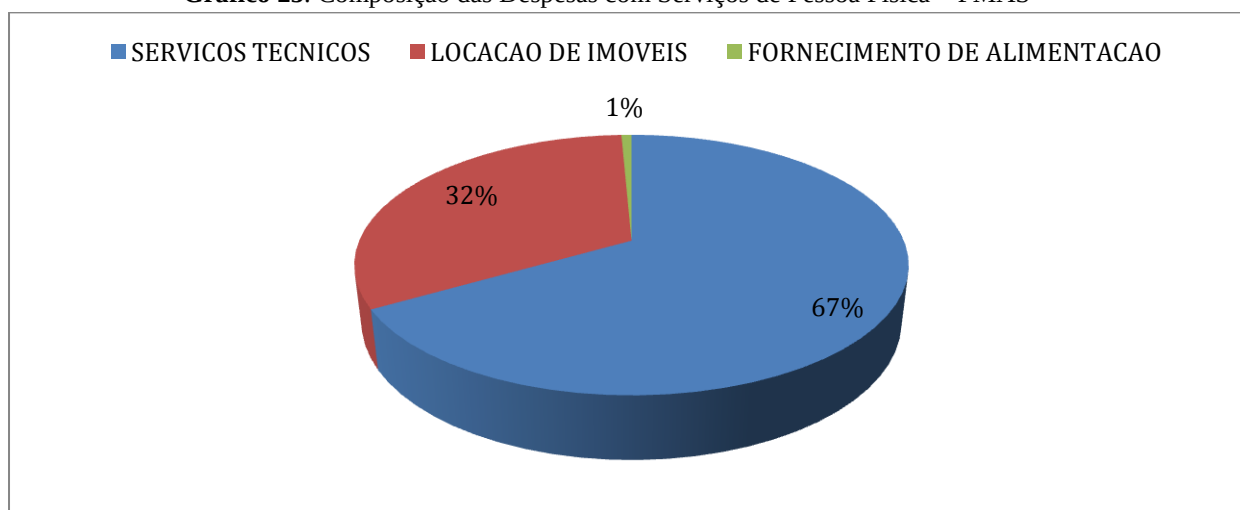
A maior parte dos serviços de pessoa jurídica é com a locação de máquinas e equipamentos (55,78%), ou seja, com locação de veículos, tendas, banheiros químicos e similares.

Gráfico 24. Composição das Despesas com Serviços de Pessoa Jurídica – FMAS.



As despesas com serviços de pessoa física foram constituídas pelos serviços técnicos (67%) – em outros termos, credenciamento de profissionais de nível médio e técnicos; locação de imóveis (32%) e fornecimento de alimentação (1%).

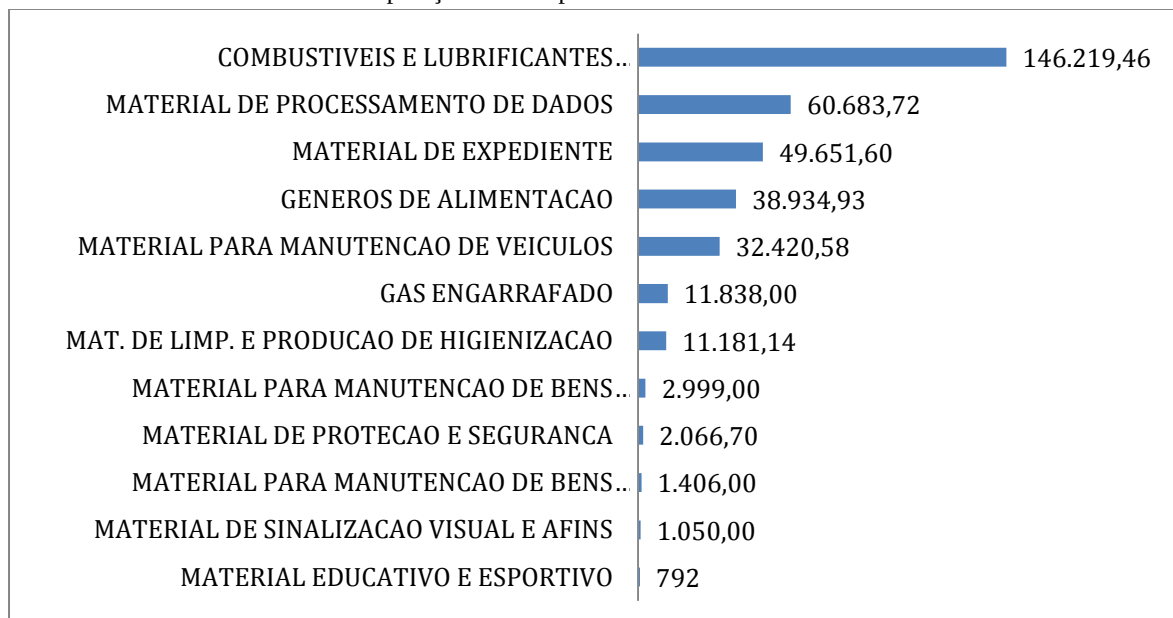
Gráfico 25. Composição das Despesas com Serviços de Pessoa Física – FMAS



A maior parte das despesas com material de consumo foi com combustíveis e lubrificantes (40,70%), seguido dos materiais para processamento de dados (16,89%),

material de expediente (13,82%), gêneros de alimentação (10,84%) e material para manutenção de veículos (9,02%).

Gráfico 26. Composição das Despesas com Material de Consumo – FMAS.



Despesas do FUNPREVAL

O FUNPREVAL constitui o Regime Próprio de Previdência do município de Águas Lindas. Em virtude do rigor nos repasses efetuados pelo Poder Executivo e em razão dos recebimentos de dívidas, a receita do fundo passou de R\$ 14 mi, em 2013, para, aproximadamente, R\$ 90 mi.

Entre 2012 e 2017 os gastos com pessoal (aposentadorias, reformas, pensões e demais benefícios assistenciais) cresceram 243%.

Do total das despesas correntes do FUMPREVAL em 2017, 44,63% foram com aposentadorias e reformas, seguidas de outros benefícios assistenciais ao servidor (18,36%) e pensões (15,00%).

Gráfico 27. Evolução das Despesas do FUNPREVAL⁴

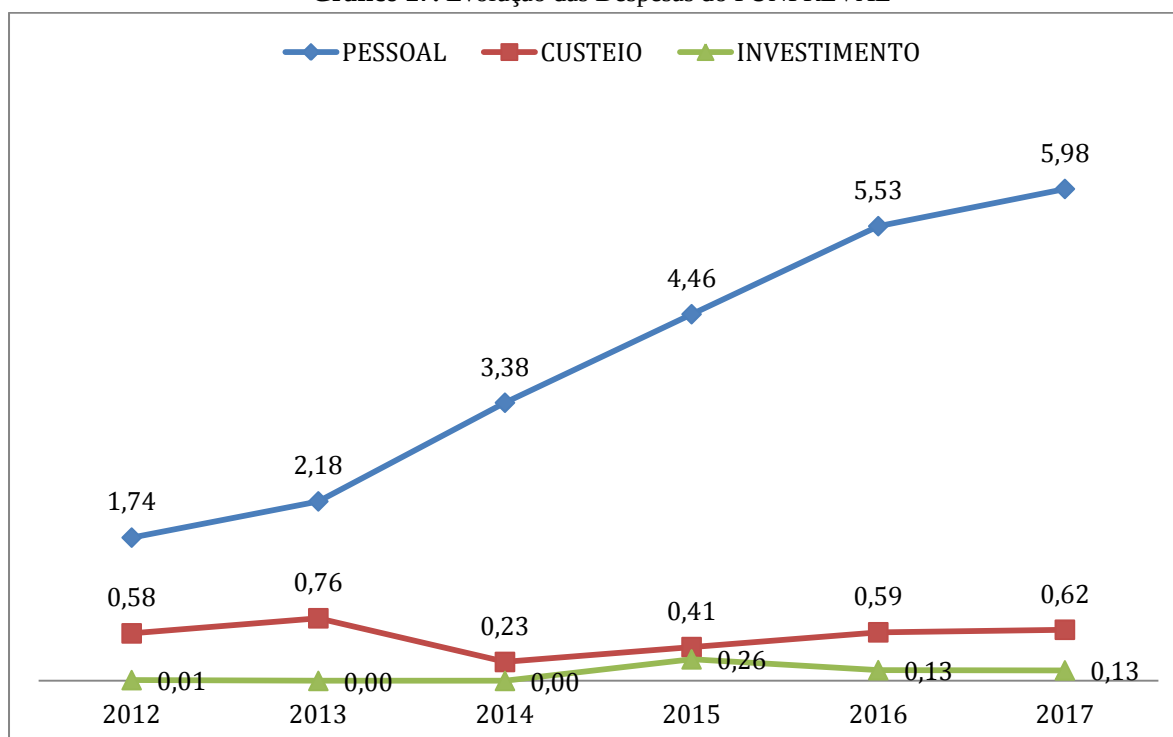


Tabela 15. Composição das Despesas Correntes do FUNPREVAL⁵.

⁴ Os lançamentos contábeis referentes as despesas de dezembro até a data de 08/01/2018 não haviam sido lançadas. Dessa forma, para os valores referentes ao gasto com pessoal do mês de dezembro foram replicados os valores de novembro.

⁵ Os lançamentos contábeis referentes as despesas de dezembro de 2017, até a data do dia 08/01/2018 não haviam sido lançadas. Dessa forma, essa tabela traz apenas os valores com os valores de jan-nov/2017.

GESTAO 8				
GRUPO	NATUREZA	ATÉ NOV. 2017	DESP/ GRUP	DESP./ TOTAL
PESSOAL	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	9.361,71	0,17%	0,15%
	VENCIMENTOS VANTAG. FIXAS- PESSOAL CIVIL	47.168,46	0,86%	0,76%
	OUTRAS DESPESAS VARIÁV. - PESSOAL CIVIL	136.250,00	2,49%	2,19%
	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	420.926,18	7,69%	6,76%
	PENSÕES	934.169,58	17,07%	15,00%
	OUTROS BENEF ASSISTENCIAIS SERVIDOR	1.143.852,04	20,91%	18,36%
	APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.779.844,00	50,81%	44,63%
	TOTAL DESP. PESSOAL	5.471.571,97	100,00%	87,84%
CUSTEIO	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	444,42	0,06%	0,01%
	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CONTRIBUTIVAS	3.452,00	0,46%	0,06%
	MATERIAL DE CONSUMO	37.689,22	4,97%	0,61%
	OUTROS SERVI.TERCEIROSPESSOA FÍSICA	100.153,20	13,22%	1,61%
	OUTROS	307.964,08	40,64%	4,94%
	OUTROS SERV.TERCEIROS - PES.JURIDICA	308.066,68	40,65%	4,95%
	TOTAL DESP. CUSTEIO	757.769,60	100,00%	12,16%
TOTAL GERAL		6.229.341,57	-	100,00%

Estimativa do Índice de Aplicação na Educação e na Saúde e Gasto com Pessoal

Considerando os lançamentos contábeis realizados até a presente data (08/01/2017), visto que os lançamentos referentes ao mês de dezembro não foram concluídos, a estimativa dos índices de aplicação deverá ser atualizada assim que as informações estiverem consolidadas.

Em relação a aplicação com saúde e educação, a Constituição define o percentual de 15% e 25%, respectivamente, para o gasto mínimo com essas funções, a partir dos recursos próprios do município.

Nesse sentido, considerando as despesas realizadas em 2017, constatou-se que o **gasto com educação** alcançou **26,92%**, se considerar as liquidações efetuadas, ou **25,45%** considerando apenas as despesas efetivamente pagas.

Cabe informar que há, no âmbito do FUNDEB, o montante de R\$ 840 mil em despesas liquidadas a pagar, e no FME (Fonte 101), R\$800 mil. Grande parte dessas despesas em aberto refere-se a rescisão.

No que se refere à aplicação com **despesas da saúde**, no período de janeiro a dezembro, verificou-se a aplicação de **17,08%**, se considerado as liquidações, ou **16,59%** considerando apenas as despesas efetivamente pagas. As despesas em aberto, ou seja, liquidadas a pagar, somam, na saúde em torno de R\$ 430 mil.

A Receita Corrente Líquida estimada de 2017 é de R\$ 231.514.429,50. O gasto do Poder Executivo com pessoal, considerado para fins de apuração do índice, foi de R\$ 137.272.917,42. Assim, o percentual é de **59,29%**.

É importante destacar que todos os valores informados nesse relatório são preliminares, visto que os lançamentos contábeis referentes ao mês de dezembro não foram concluídos.

Conclusão

Em termos gerais, o ano de 2017 registrou saldo positivo. Após anos de recessão econômica e baixo desempenho no crescimento das receitas, verificou-se uma retomada tímida, mas importante, no crescimento das receitas correntes do município nos últimos dois anos.

Por outro lado, as despesas com pessoal mantiveram constante, em razão dos cortes nas contratações, nas horas extras, gratificações e mais importante do que isso: a contabilização adequada das despesas com auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

Esses fatores contribuíram para a redução do índice de gasto com pessoal sobre a RCL. Após anos consecutivos de crescimento desse índice, foi possível registrar queda. Mesmo ficando acima do limite estabelecido na LRF, que é de 54%, o índice de 58,10% foi extremamente importante, visto que em 2016 o gasto com pessoal registrou índice de 62,88% da RCL.

Na educação, a redução dos gastos com contratos temporários surtiu efeito nas finanças. Mesmo que não tendo promovido redução no gasto total com pessoal, se comparado a 2016, esses cortes contribuíram para que o crescimento vegetativo da folha de pagamento não tivesse maiores impactos, o que proporcionou a constância no valor total dos gastos com pessoal.

Contudo, em 2018 é preciso atenção redobrada. Visto que o Piso Nacional do Magistério foi aprovado com percentual de crescimento na ordem de 7%. Além disso, muitos servidores da educação alcançarão novos níveis em suas respectivas carreiras. Por outro lado, as principais fontes de financiamento da educação, o FUNDEB e as receitas de contrapartida, encontram-se quase que totalmente comprometidas com as despesas com pessoal.

Na saúde, caso se perpetue o ritmo do crescimento do gasto com pessoal registrado nos últimos anos, as finanças estarão comprometidas, podendo prejudicar a manutenção dos serviços à população.